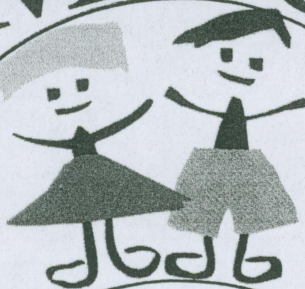


2005

CMDCA



3
A.C.

**IV Conferência
Municipal Lúdica
VI Conferência Municipal
dos Direitos da Criança
e Adolescente**



PREFEITURA DA CIDADE DE
SÃO PAULO

SECRETARIA DE PARTICIPAÇÃO E PARCERIA

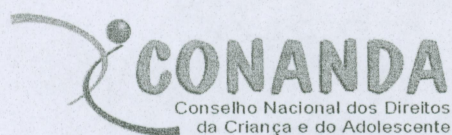
Prefeitura de São Paulo

José Serra - Prefeito

Gilberto Natalini - Secretário de Participação e Parceria

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de São Paulo

Titular	Albertina Duarte Takiuti	Presidente - Secretaria de Participação e Parceria
Titular	Maria Iracema de Araújo Rocha	Vice Presidente - Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Titular	Carlos Nambu	1º Secretário - Atendimento Social
Titular	Vitor Benez Pegler	2º Secretário - Secretaria de Esportes
Titular	Ana Cristina Silva	Segmento de Estudos e Pesquisa
Titular	Ciro Nunes Fraga Neto	Segmento de Defesa de Melhoria de Vida
Titular	Djalma Gouveia da Silva	Segmento de Defesa de Melhoria de Vida
Titular	Flariston Francisco da Silva	Segmento de Atendimento Social
Titular	João Migliori Neto	Secretaria de Finanças
Titular	Maria Clara Junqueira de Mello Brandão	Secretaria de Educação
Titular	Maria José Ribeiro Linguanotto	Secretaria de Saúde
Titular	Maria Josélia Matias Ferreira	Segmento de Trabalhadores
Titular	Marina Dughera Vital	Segmento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Titular	Suzana de Vasconcelos Dias	Secretaria dos Negócios Jurídicos
Titular	Tatiana Amendola Barbosa Lima Didion	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
Titular	Vera Lúcia Aparecida de Castro Dobeck	Secretaria de Cultura
Suplente	Adelina Messura Matheus	Secretaria de Educação
Suplente	Carmen Alonso de Castro Gomes	Segmento de Trabalhadores
Suplente	Cirlene Amorim Carvalho	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
Suplente	Ednaldo	Segmento de Atendimento Social
Suplente	Eduardo Manuel Gomes Martins	Secretaria de Finanças
Suplente	Elaine Aparecida Macena Batista Ramos	Segmento de Melhoria das Condições de Vida
Suplente	Janaína Cristina de Sousa	Secretaria de Participação e Parceria
Suplente	Janete da Silva	Segmento de Estudos e Pesquisa
Suplente	José Augusto Carneiro	Segmento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes
Suplente	Liliane Azambuja	Secretaria de Esportes
Suplente	Maria das Dores de Melo	Secretaria de Cultura
Suplente	Maria de Lourdes Alves Rodrigues	Segmento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes
Suplente	Maria do Nascimento Luchin	Segmento de Atendimento Social
Suplente	Marli do Nascimento Paula	Segmento de Melhoria das Condições de Vida
Suplente	Silvana Cappellini	Secretaria da Saúde
Suplente	Verônica Mutti Calderaro Teixeira	Secretaria dos Negócios Jurídicos



VI CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Texto Base
e
Orientações Gerais**

TEMA:

**“PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS -
POR UMA POLÍTICA PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE”**

Brasília - DF - 12 a 15 de dezembro de 2005

PARTE I

TEXTO BASE

1 - CONTEXTUALIZAÇÃO

No ano em que se comemora 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é mais do que oportuno ressaltar a importância histórica que assumiu o movimento social brasileiro durante a Assembléia Nacional Constituinte, cuja atuação culminou com a inclusão do artigo 227 na Constituição Federal, em 1988, e com a promulgação do Estatuto em 1990.

É surpreendente, no entanto, que, 15 anos depois da promulgação de uma das leis mais avançadas do planeta, ainda se observe um importante descolamento entre o que é por ela preconizado e as práticas adotadas. Persistem, no dia-a-dia, situações que variam entre a doutrina da situação irregular e a **Doutrina da Proteção Integral**, entre as violações e a efetiva garantia de direitos.

Da mesma forma que a sociedade organizada desempenhou um papel fundamental no estabelecimento do novo marco legal, espera-se que, pelo seu grande poder de mobilização e articulação, possa contribuir para a definitiva mudança de comportamento e apropriação dos novos paradigmas por parte do Estado e de todos os segmentos da sociedade brasileira.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao deliberar sobre a **VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, elege como tema "**Participação, Controle Social e Garantia de Direitos – Por uma Política para a Criança e o Adolescente**", e propõe uma reflexão nacional com a sociedade e com o governo com o objetivo de reconhecer, valorizar e, sobretudo, promover a ampliação da participação e do controle social e do apoio institucional, para a consolidação do princípio da **Prioridade Absoluta**, preconizado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao eleger os objetivos da VI Conferência Nacional, o CONANDA explicita sua crença na necessidade de que a realização das Conferências em todos os âmbitos se pautem de acordo com o tema proposto, qualificando as discussões e conferindo maior legitimidade aos encaminhamentos e às deliberações em nível nacional. Com a finalidade de incentivar o debate de algumas questões nos níveis municipais e estaduais/distrital e de enriquecer as discussões da etapa nacional, o CONANDA elegeu três temas específicos que serão tratados na VI Conferência Nacional, e que seguem como sugestão de inclusão na programação das demais Conferências.

2 - OBJETIVO GERAL

Ampliar a participação e o controle social na efetivação da política para a criança e o adolescente.

3 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e o adolescente.
- Identificar estratégias mais eficientes e qualificadas de intervenção da sociedade, capazes de promover mudanças de maior impacto na situação da infância e da adolescência no Brasil.
- Promover e qualificar a efetiva participação de crianças e adolescentes na formulação e no controle das políticas públicas.
- Estimular a participação da sociedade no processo de elaboração e controle do orçamento voltado para o segmento infanto-juvenil.
- Inserir, na agenda das políticas públicas, temas referentes à promoção da igualdade e da valorização da diversidade.

4 – TEMAS ESPECÍFICOS

4.1 - O PAPEL DA SOCIEDADE E DO ESTADO NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE UMA POLÍTICA PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

Desde o advento da Constituição Federal de 1988, a participação deixou de ser um fenômeno à margem da

legislação para constituir-se um dos pilares da nova democracia brasileira. Após 20 anos de regime ditatorial, a grande conquista do povo brasileiro foi o **Poder Participativo** que consiste na experiência da co-gestão, ou seja, a sociedade organizada é chamada a participar na formulação das políticas públicas e no controle das ações governamentais. E isto porque a população deve participar ativamente na construção de um país cidadão, ficando evidente que o Governo não deve gerenciar sozinho.

O sistema federativo brasileiro tem como principal pilar de sustentação os **municípios**. Este reconhecimento ocorreu no dia 5/10/88, com a promulgação da Carta Magna. Desta forma, o desafio posto à população, hoje mais do que nunca, é exercer o direito de participar. E como isto deve acontecer? Primeiramente, conhecendo a realidade do seu município. Não se alienar e, sim, buscar discutir o que precisa e o que pode ser feito com o apoio das organizações representativas da população. O interesse em participar é a mola mestra na busca de soluções porque atrai outras pessoas de fora da administração pública, com novas visões e metas que contribuirão para uma gestão conjunta. Ao exercer o poder participativo, a população torna-se mais realista, passa a compreender melhor porque certas coisas não foram possíveis, a valorizar aquilo que efetivamente deu certo, a identificar eventuais omissões e a intervir de forma mais qualificada na superação dos problemas. A relação entre as esferas que compõem o modelo federativo brasileiro é extremamente complexa, uma vez que tem implicações diretas na governabilidade. Isto influencia negativamente a construção de uma política pública nacional que defina adequadamente os papéis dos entes federativos, evitando, por um lado, a sobreposição de ações e, por outro, que áreas fundamentais fiquem, sem tratamento. Assim sendo, a participação social ganha um papel fundamental para exigir dos vários entes uma política mais consistente e com uma definição clara das atribuições de cada um.

A co-responsabilidade da **Sociedade & Estado** representa o grande desafio na formatação do Estado Democrático de Direito. Exercer a democracia implica, num só tempo, consenso e divergência de idéias. Quanto maior o número de pessoas engajadas nas discussões e deliberações das políticas públicas dos municípios, mais ampla e clara será a consciência dos destinos da coletividade, em especial, ao asseguramento dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, cumprindo-se assim os ditames da **Doutrina da Proteção Integral**, preconizada pela Constituição Federal, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e que, em sua essência, assevera a condição de sujeito de direitos/deveres e de pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Para tanto, a participação se faz necessária porque, se bem entendida e exercida, colocará na pauta do município a **prioridade absoluta**.

O surgimento dos Conselhos de Direitos (Nacional, Distrital, Estadual e Municipal), bem como dos Conselhos Tutelares, é prova inequívoca da dimensão participativa da democracia brasileira. Pode-se dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescente é a primeira Lei Ordinária do país, de função jurídico-social, que se preocupou em chamar a sociedade para tomar pulso da situação e dela fazer parte como membro responsável para encontrar as soluções para tantos problemas que afligem as crianças e os adolescentes brasileiros.

E este contingente populacional precisa de políticas públicas eficazes que sejam formuladas, executadas e monitoradas paritariamente pelos representantes dos governos e da sociedade civil integrantes dos Conselhos de Direitos. E exercer harmoniosamente o papel de deliberar e controlar as políticas é o mote que deve estar na ordem do dia dos 5.561 municípios brasileiros. A solução está na base. É lá que se conhece melhor a realidade. É no município que crianças e adolescentes nascem, crescem, buscam saúde, educação, alimentação, moradia, convivência familiar e comunitária, respeito, dignidade, liberdade, cultura, lazer, a fim de serem protegidos contra toda forma de negligência, crueldade, violência e opressão.

Daí a importância do papel da família, da sociedade e do Estado.

Somente a união de esforços entre Sociedade e Estado será capaz de produzir uma política nacional para a população infanto-juvenil. E é isto que fará a diferença para a conquista de um país melhor, um país que todos queremos, tendo a paz como principal balizador da Cidadania.

4.2 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO.

Atendendo aos anseios da Sociedade Brasileira, que reivindicou mecanismos de descentralização do poder, nasce um novo **modelo de democracia** participativa – e não meramente representativa – que estabelece o direito-dever da sociedade de influenciar e controlar as decisões governamentais, por meio da sua participação na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (art. 204, inc. II, da Constituição Federal).

A participação ativa de todos os cidadãos no processo de implementação desse novo modelo é garantida, em

grande parte, por meio dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos demais conselhos setoriais. Vale ressaltar a importância da participação dos Conselhos Tutelares, que têm como umas das atribuições “assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente” (art. 136, inciso IX, do Estatuto). O período de realização das Conferências Municipais é estrategicamente oportuno para a abordagem de algumas questões relacionadas à elaboração do Plano Plurianual- PPA - e das peças orçamentárias (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - e Lei Orçamentária Anual - LOA), instrumentos imprescindíveis para a efetivação de políticas públicas mais justas e eficazes para crianças e adolescentes.

No âmbito do município, o Conselho de Direitos deverá coordenar a elaboração do Plano Municipal de Atendimento. O Plano Municipal de Atendimento é o documento que, baseado nos diagnósticos apurados pelos conselheiros, por meio de um amplo processo de debates, indica as principais demandas da área da criança e do adolescente, em todos os setores (saúde, educação, assistência social, direitos humanos etc.), indicando as áreas e serviços de maior carência no município. O Plano Municipal, como documento propositivo, deve subsidiar a elaboração do PPA, da LDO e da LOA.

Os Fundos para a Infância e a Adolescência são instrumentos criados para incrementar, de forma complementar, o orçamento dos programas, projetos e ações voltadas para o fortalecimento da Política Municipal de Atendimento.

O fortalecimento da gestão dos Fundos, de responsabilidade dos respectivos Conselhos, deve ser prioridade no planejamento em todos os níveis. Embora os Conselhos não sejam órgãos executores do orçamento dos Fundos, tem o poder de deliberação com relação à destinação e aplicação dos seus recursos. Sendo assim, os conselheiros devem ter um apropriado conhecimento das normas e procedimentos que regem o orçamento público, relacionadas à execução e prestação de contas.

Outra possibilidade importante para o fortalecimento da gestão dos Fundos é a capacidade dos Conselhos de captar recursos financeiros por meio da doação incentivada (1% do Imposto de Renda sobre o lucro real de pessoas jurídicas e 6% do imposto de renda devido de pessoas físicas).

Além de conhecer a legislação que possibilita e normatiza a renúncia fiscal, os Conselhos devem buscar novas formas de negociação, principalmente com empresas públicas e privadas, promovendo uma maior participação desse segmento no acompanhamento da destinação dos recursos e no resultado dos programas, projetos e ações apoiadas.

Outro importante instrumento para a garantia do atendimento **da prioridade absoluta** é denominado “Orçamento Criança e Adolescente”. O Orçamento Criança e Adolescente é um “conjunto de atividades e projetos previstos em orçamentos públicos que se destinam, exclusivamente ou prioritariamente, a crianças e adolescentes” (IPEA).

Este instrumento tem a finalidade de identificar todas as ações governamentais presentes nas leis orçamentárias, destinadas à criança e ao adolescente, evidenciando, portanto, o grau de prioridade dado ao segmento. O Orçamento Criança e Adolescente permite à sociedade um monitoramento mais eficaz do fluxo de recursos, contribui para a avaliação da gestão dos programas e dos seus resultados, além de demonstrar eventuais superposições ou omissões.

É importante que se esclareça que o “Orçamento Criança e Adolescente” não é um orçamento paralelo aos orçamentos públicos (que são únicos). Trata-se de uma peça por meio da qual se pode evidenciar e especificar qual o montante de recursos referente às ações destinadas “exclusiva ou prioritariamente” à criança e ao adolescente.

O “Orçamento Criança e Adolescente” pode ser organizado por meio de uma ampla participação de membros do Poder Executivo, do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e de outras organizações, mobilizados e articulados pelo Conselho Municipal.

O PPA é um dos principais instrumentos de consulta para a elaboração do Orçamento Criança.

4.3 – A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA REGIONAL.

Os movimentos sociais são os principais responsáveis pela luta em prol da garantia dos direitos de alguns segmentos historicamente vulnerabilizados pela discriminação e pela exclusão, em relação aos quais os indicadores de iniquidade são mais alarmantes. Trata-se da promoção da igualdade e da valorização da diversidade com relação às questões de gênero, raça, etnia, portador de deficiência, orientação sexual e situações regionais (a exemplo das comunidades ribeirinhas).

Nesse cenário, depara-se com situações extremas de violações de direitos que nos impõem grandes desafios.

Como enfrentar as relações de poder expressas entre homens e mulheres que têm historicamente colocado as mulheres num lugar de subordinação? Como garantir, por exemplo, os direitos de uma menina ou adolescente negra, portadora de deficiência, residente em um Quilombo? Como garantir os direitos da criança e do adolescente índio? Como abordar a orientação sexual dos nossos jovens? Como incluir essa discussão nas agendas do governo e da sociedade?

É imprescindível identificar os fatores que fazem com que as **crianças e adolescentes negros** sejam um grupo especialmente vulnerável e intervir com políticas públicas reparadoras em todos os aspectos da vida social. Esta enorme tarefa não deve contar apenas com a ação do Estado. A participação da sociedade é imprescindível na elaboração de propostas que visem à redução da desigualdade fundadas em critérios raciais, bem como no controle das ações.

A implementação de políticas públicas inclusivas deve ser o meio utilizado pelos governos em todos os níveis para promover a igualdade e a valorização da diversidade brasileira.

No Brasil, nos últimos anos, foram apresentados estudos que apontam que a população infanto-juvenil alcança a cifra de 61 milhões, representando 35,9% do total da população do país. Desse total de crianças e adolescentes, 29 milhões são negras .

Segundo o Mapa de Indicativos da Criança e do Adolescente, publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2004 , 57,80 % das crianças e adolescentes que exercem trabalho infantil são negras, o que corresponde a 1.724.462 pessoas. Quando se analisam as cifras segundo as faixas etárias têm-se que entre 5 a 9 anos de idade, 56,7% das crianças que trabalham são negras, enquanto na faixa de 10 a 15 anos, os negros trabalhadores representam 57,91%.

No que se refere às comunidades remanescentes de quilombos, metade das famílias quilombolas vive em condições precárias e, conseqüentemente, as crianças e adolescentes necessitam de maior atenção às suas necessidades, levando em consideração as especificidades históricas e culturais. O problema do acesso a bens e serviços é pior que em outras comunidades pois, além de compartilhar as carências da população mais pobre dos países, convivem com situações como a falta de registro de nascimento e de outros documentos civis, inacessibilidade à serviços de saúde, escola, saneamento básico e outros. Aliado a esses fatores está o fenômeno do racismo, que viola substancialmente os direitos humanos das crianças e adolescentes negras e quilombolas. Como é conhecido, desde a época da escravidão, construiu-se uma escala hierarquizada das pessoas em função de determinados traços físicos e biológicos que determinaram um tratamento diferenciado para os vários grupos humanos que povoavam o país, justificando as relações de dominação com as supostas diferenças biológicas.

Neste momento, é importante analisar as diferentes formas de discriminação e dominação entre os sexos, muitas vezes protegidas pelo espaço doméstico, presentes no cotidiano, tais como: o tráfico de mulheres, o tratamento diferenciado no mercado de trabalho, a violência e o abuso sexual, dentre outras questões. Mulheres, cada vez mais meninas, são recrutadas para o trabalho doméstico ou para a exploração sexual comercial , situação agravada pelo turismo sexual.

Muitas das discriminações são crimes tipificados pela legislação brasileira, mas que continuam a ocorrer de forma banalizada, ultrajando a dignidade humana.

¹ Dados apresentados na palestra da Profª Flávia Piovesan, contidas nos Anais da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, data 1 a 5 de 11/2003, Brasília/DF

² Ministério do Trabalho e Emprego: Mapa de Indicativos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2004.

³ Situação demonstrada na pesquisa PESTRAF, realizada pelo CECRIA em 2003

Para a efetivação dos direitos das mulheres é necessário que ocorram transformações capazes de modificar as estruturas sociais e de fomentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado em relações de igualdade nos campos político, econômico, social e cultural.

Outra situação preocupante diz respeito à **criança e ao adolescente portador de deficiência**. Entre crianças e adolescentes com deficiência, na faixa de 7 a 14 anos, encontra-se taxa de escolarização de cerca de 10 pontos percentuais abaixo da população em geral, reduzindo-se para 61% quando se trata de pessoa com deficiência física permanente (94,9% é a taxa de escolarização da população na faixa de escolaridade obrigatória sem deficiência).

Na faixa etária de 0 a 14 anos, encontra-se 4,3% de crianças e adolescentes com deficiência e este número é maior entre crianças que estão em famílias com renda abaixo de meio salário mínimo.

Ainda se compararmos a população de raça branca e raça negra, a deficiência é maior no segundo grupo, o que significa duplo fator de exclusão social.

Com relação às **crianças e adolescentes indígenas**, o Brasil abriga, em seu território, uma gama de

aproximadamente 215 povos indígenas, falantes de 180 línguas e inúmeros dialetos, distribuídas em todas as suas regiões geográficas. Totalizam uma população de 374.000 pessoas, correspondendo a 0,2% da população brasileira, sendo que 50% encontram-se na faixa etária abaixo dos 18 anos de idade. Esta população encontra-se distribuída em 589 terras indígenas que correspondem a 11,96% do território nacional (21% na Amazônia Legal brasileira composta de terras indígenas).

Algumas aldeias, principalmente aquelas que estão próximas a cidades, sofrem ameaças constantes e de longa duração, o que interfere no desenvolvimento das crianças e adolescentes que vivem nestas áreas, ocasionando problemas como a desnutrição, diarreia e broncopneumonia, dentre outras. Além disso, diante de uma realidade resultante das condições socioeconômicas em que vivem as comunidades, observa-se maior migração de famílias indígenas para as cidades, gerando outros problemas, como o alcoolismo, a prostituição, a gravidez indesejada, o uso de drogas, a ocorrência de violência sexual, obrigando crianças e adolescentes a vivenciarem experiências negativas, expostas à violência física e psicológica dentro de seus próprios domicílios.

Esse quadro influi diretamente sobre as condições de vida das crianças e adolescentes indígenas, sendo, portanto, objeto de ações diferenciadas por parte do Estado na garantia da proteção integral das crianças e adolescentes das comunidades indígenas.

A Constituição de 1988 assegurou aos índios o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas, crenças e tradições. Para a formulação de uma política pública de direitos da criança e do adolescente indígena, além das garantias do artigo 227 da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve-se levar em consideração as normativas destinadas às populações indígenas, permeadas pelo pleno reconhecimento, respeito e exercício de suas culturas.

Quanto à **orientação sexual**, a mobilização do movimento homossexual brasileiro vem atuando nas áreas de saúde, educação e justiça para o enfretamento da situação de discriminação e marginalização em que foram colocados no seio da sociedade os gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais.

Para o enfretamento da discriminação pela orientação sexual infanto-juvenil é necessária a formulação de políticas públicas que contemplem a realização de estudos e pesquisas visando à prevenção da discriminação e homofobia nas escolas e a capacitação de profissionais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes.

Para combater, na prática, a exclusão e a violação dos direitos humanos nas situações referidas, é necessário se pensar no direito à diferença, à igualdade e ao respeito à diversidade, levando-se em consideração as especificidades e as vulnerabilidades que envolvem a realidade das crianças e dos adolescentes brasileiros.

PARTE II

ORIENTAÇÕES GERAIS

05 – DA REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS

A VI Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente desenvolver-se-á nos níveis Municipal, Estadual/Distrital e Nacional, conforme detalhamento e prazos a seguir.

ETAPAS	DETALHAMENTO	PERIODO
Conferências Municipais	Por município individualmente ou por grupos de municípios de uma mesma região.	18 de julho de 2005
Conferências Estaduais/Distrital	Cabe ao Conselho Estadual/Distrital definir a participação dos delegados municipais	Até 18 de outubro de 2005
Conferência Nacional	Participação definida conforme critérios estabelecidos no item 06	12 a 15 de dezembro de 2005

Para realização da VI Conferência Nacional, os Conselhos Estaduais/Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão encaminhar ao CONANDA até o dia 20 de outubro:

- Relatório de suas Conferências; e
- Relação dos delegados titulares com seus respectivos suplentes constando o nome completo e o número do documento de identificação.

06 – DOS PARTICIPANTES DA VI CONFERENCIA NACIONAL

Os participantes da VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente serão divididos nas categorias de delegados e de convidados.

6.1. DOS DELEGADOS

Os delegados à VI Conferência Nacional terão direito a voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências estaduais/distrital.

Os conselheiros do CONANDA, titulares e suplentes, são delegados natos à VI Conferência Nacional, com direito a voz e voto.

6.2. DOS CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DE DELEGADOS:

O CONANDA definiu o número mínimo de vinte e dois (22) delegados por Estado/Distrito, assim distribuídos:

- . 2 (dois) Conselheiros Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- . 6 (seis) Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- . 4 (quatro) Conselheiros Tutelares;
- . 2 (dois) representantes de órgãos governamentais de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- . 2 (dois) representantes de entidades não governamentais de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- . 2 (dois) representantes do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- . 4 (quatro) adolescentes.

Além do número mínimo de delegados adultos (18) por Estado, haverá um acréscimo com base na população de cada Unidade na proporção de mais um delegado para cada 500.000 habitantes, conforme tabela anexa. As vagas acrescidas pelos critérios adotados para as unidades federadas deverão obedecer à paridade e a proporcionalidade dos seguimentos indicados acima.

Recomenda-se que as Conferências Municipais adotem os mesmos critérios de proporcionalidade e paridade na escolha de seus delegados.

Quanto ao critério de representação de delegado adolescente na VI Conferência Nacional, considerou-se o percentual populacional adolescente de cada unidade da federação multiplicado pelo valor de delegados adultos encontrados, conforme tabela anexa.

Os delegados da segunda etapa - de âmbito estadual/distrital devem ter participado da etapa municipal. Do mesmo modo, os delegados da etapa nacional devem ter participado da etapa estadual/distrital, à exceção dos conselheiros do Conselho Nacional.

6.3. DA PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES

O CONANDA decidiu-se pela participação dos adolescentes na categoria de delegado, seguindo os mesmos critérios adotados na V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme tabela anexa. Considera-se adolescente toda pessoa entre doze e dezoito anos de idade, conforme o art. 2º da Lei Nº 8069/90. A representação de delegados adolescentes não poderá ser substituída por delegados adultos e vice-versa. Portanto, a unidade da federação que não tiver participação de adolescentes desde o âmbito municipal, não poderá enviar delegados adolescentes à VI Conferência Nacional.

Seguindo a forma de participação do adolescente delegado na V Conferência, não está prevista a realização de conferência lúdica em nível nacional. Embora esta seja uma decisão soberana de cada Conselho, recomenda-se a realização de uma única conferência oficial.

As conferências municipais poderão ser precedidas de encontros preparatórios com os adolescentes, abordando os temas que serão discutidos durante a conferência oficial.

6.4. DOS SUPLENTE DE DELEGADOS

Cada unidade da federação deverá eleger suplentes até o mesmo número dos delegados, observada a paridade e a representação dos seguimentos. Na substituição será observada a categoria do titular.

O suplente só participará da VI Conferência na ausência do respectivo titular.
A substituição do delegado titular pelo suplente deverá ser comunicada oficialmente pelo Conselho Estadual/Distrital ao CONANDA, até o dia 18 de novembro de 2005.
Por motivo nenhum será feito o credenciamento de delegados suplentes após a data limite para a substituição de titular por suplente.

6.5. DOS CONVIDADOS:

Os Conselhos Estaduais/Distrital poderão convidar seis (06) representantes por unidade da federação, que terão direito a voz na VI Conferência Nacional, assim distribuídos:

- .1 Juiz (a) da Vara da Infância e da Juventude;
- .1 Promotor (a) de Justiça da Vara da Infância e Juventude;
- .1 Delegado (a) da Infância e da Juventude;
- .1 Secretário (a) de Estado do órgão ao qual o Conselho está vinculado administrativamente;
- .1 Defensor (a) Público da Vara da Infância e Juventude; e
- .1 Parlamentar do Poder Legislativo Estadual/Distrital;

A lista de convidados deverá ser encaminhada ao CONANDA até o dia 20 de outubro de 2005.

A eventual substituição de um convidado deverá ser comunicada ao CONANDA, desde que dentro da mesma categoria, até 11 de novembro de 2005.

O CONANDA convidará ainda representantes de órgãos e organismos nacionais e internacionais.

7 DA CONVOCAÇÃO DAS ETAPAS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS

A convocação deverá ser feita pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua realização seguindo critérios próprios.

A convocação da Conferência deverá ser publicizada na imprensa oficial e/ou nos meios de comunicação local, devendo ser explicitado o objetivo, o local e a data de realização, composição da Comissão Organizadora e responsabilização político-financeira do evento.

8 DA PREPARAÇÃO E DA OPERACIONALIZAÇÃO

A partir do ato administrativo de Convocação da Conferência Municipal, Estadual/ Distrital deve ser constituída a Comissão Organizadora do evento, que definirá a normatização das condições de inscrição e credenciamento dos delegados, metodologia, local e data de realização, programação e Regimento Interno. Cada Conferência deverá contar com um Regimento Interno, cuja proposta preliminar deverá ser elaborada pela Comissão Organizadora e aprovada no início da Conferência pelo plenário.

Regimento Interno é um conjunto de normas e critérios que irão nortear os trabalhos da Conferência. Recomenda-se que no mesmo conste os seguintes pontos: objetivo, temário, local, data, horário, metodologia, quem promove e realiza a conferência, quem participa e em que condições.

ANEXO - DE DELEGADOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Brasil/Regiões e Unidades da Federação	População em 2004	% população Adolescente	Delegados adultos	Delegados Adolescentes	Total de Delegados
BRASIL	181.581.024	12,46	849	220	1069
REGIÃO NORTE	14.373.260	14,94%	155	51	206
Rondônia	1.562.085	13,86%	21	7	28
Acre	620.634	14,42%	19	7	26
Amazonas	3.148.420	14,49%	24	7	31
Roraima	381.896	14,24%	19	7	26
Pará	6.850.181	14,55%	32	9	41
Amapá	547.400	16,14%	19	7	26
Tocantins	1.262.644	14,43%	21	7	28
REGIÃO NORDESTE	50.427.274	15,77%	263	74	337
Maranhão	6.038.285	15,77%	30	9	39
Piauí	2.977.259	15,12%	24	8	32
Ceará	7.976.563	13,79%	34	9	43
Rio Grande do Norte	2.962.107	13,62%	24	7	31
Paraíba	3.551.569	13,82%	25	7	32
Pernambuco	8.323.911	13,32%	35	9	44
Alagoas	2.980.910	13,79%	24	7	31
Sergipe	1.934.596	13,92%	22	7	29
Bahia	13.682.074	14,46%	45	11	56
REGIÃO SUDESTE	77.374.720	11,36%	227	42	269
Minas Gerais	18.993.720	12,21%	56	11	67
Espírito Santo	3.352.024	12,61%	25	7	32
Rio de Janeiro	15.203.750	10,31%	48	9	57
São Paulo	39.825.226	11,32%	98	15	113
REGIÃO SUL	26.635.629	11,49%	107	24	131
Paraná	10.135.388	11,80%	38	8	46
Santa Catarina	5.774.178	11,86%	30	8	38
Rio Grande do Sul	10.726.063	11,04%	39	8	47
CENTRO-OESTE	12.770.141	12,36%	97	29	126
Mato Grosso do Sul	2.230.702	12,50%	22	7	29
Mato Grosso	2.749.145	13,11%	23	7	30
Goiás	5.508.245	12,17%	29	8	37
Distrito Federal	2.282.049	11,87%	23	7	30

Fonte: PNAD projeção populacional para 2004.

RESOLUÇÃO CMDCA/SP nº 74 /2005 (publicada em DOC 06/05/05 pg.64)

Normatiza a realização das Conferências Regionais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em São Paulo

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo – CMDCA/SP, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, conforme Lei Federal 8069 de 13 de julho de 1990, considerando:

1. As orientações gerais do CONANDA referentes à VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que elege o tema **“PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS – POR UMA POLÍTICA PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE”**;

2. Os temas específicos:

2.1. O papel da Sociedade e do Estado na formulação, execução e monitoramento de uma política para a criança e o adolescente;

2.2. A Participação Social na Elaboração, Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Público;

2.3. A participação social na promoção da igualdade e valorização da diversidade: gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional.

3. 15º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente e as dificuldades da sua implementação;

4. A necessidade da mobilização da sociedade para o conhecimento e a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente;

5. As prioridades definidas no planejamento estratégico e plano de ação do CMDCA/SP;

6. O processo de construção do Plano de Atenção Integral à criança e ao adolescente do Município de São Paulo.

7. O Plano Municipal, como documento propositivo, deve subsidiar a elaboração do PPA (Plano Plurianual), da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e da LOA (Lei Orçamentária Anual).

Resolve que:

A **IV Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** será realizada nos dias 28 e 29 de Julho, sendo que no dia 28 iniciará às 13:00hs até às 17:00hs, e no dia 29 das 8:00hs às 17:00hs de 2005. A **VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** realizar-se-á nos dias 05, 06 e 07 de agosto de 2005, sendo que no dia 05 o horário será das 13:00 às 18:00horas e nos demais dias das 8:00 às 18:00hs. Ambas as Conferências realizar-se-ão na cidade de São Paulo.

1. OBJETIVOS

1.1. Geral:

Ampliar a participação e o controle social na efetivação da política para a criança e o adolescente no Município de São Paulo.

1.2. Objetivos Específicos:

1.2.1. Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e o adolescente.

1.2.2. Identificar estratégias mais eficientes e qualificadas de intervenção da sociedade, capazes de promover mudanças de maior impacto na situação da infância e da adolescência no Brasil.

1.2.3. Promover e qualificar a efetiva participação de crianças e adolescentes na formulação e no controle das políticas públicas.

1.2.4. Estimular a participação da sociedade no processo de elaboração e controle do orçamento voltado para o segmento infanto-juvenil.

1.2.5. Inserir, na agenda das políticas públicas, temas referentes à promoção da igualdade e da valorização da diversidade.

1.2.6. Partindo de uma análise sobre as ações e programas implementados na cidade de São Paulo, avaliar e discutir políticas em cada região, formulando propostas e evidenciando prioridades.

1.2.7. Propor instrumentos de participação, monitoramento e de avaliação social na execução de Políticas

Públicas e programas complementares.

1.2.8. Fornecer análise que possibilite a construção de diagnósticos regionais e municipal para a definição de um Plano Municipal de Proteção Integral para Crianças e Adolescentes.

1.2.9. Fornecer subsídios para o CMDCA participar da elaboração do PPA, da LDO e da LOA.

1.2.10. Fortalecer o desenvolvimento político-pedagógico em que as crianças e os adolescentes sejam protagonistas para a efetivação dos seus direitos;

1.2.11. Encaminhar as resoluções das Conferências Lúdica e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para serem assumidas pelo sistema de garantia de direitos, a saber: o governo executivo, governo local, poder legislativo, poder judiciário e sociedade civil;

1.2.12. Eleger as delegadas e delegados da cidade de São Paulo para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

1.2.13. Promover a articulação entre Fóruns Distritais, Regionais e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Subprefeituras e Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo.

2. ORGANIZAÇÃO

As Conferências Lúdicas Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-ão no âmbito das 31 sub-prefeituras, sendo facultada a realização de duas conferências nas sub-prefeituras que tenham mais de um Conselho Tutelar, e deverão ocorrer entre os dias **23 de junho a 10 de julho de 2005**;

As Conferências Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-ão no âmbito das 31 sub-prefeituras, sendo facultada a realização de duas conferências nas sub-prefeituras que tenham mais de um Conselho Tutelar, e deverão ocorrer entre os dias **25 de junho a 10 de julho de 2005**;

As Comissões Organizadoras das Conferências Regionais deverão informar o CMDCA sobre a data, o horário e o local de suas Conferências até o dia **13 de junho de 2005**;

A IV Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á nos dias **28 e 29 de julho de 2005**, em local a ser definido;

A VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á nos dias **05, 06 e 07 de agosto de 2005**, em local a ser definido.

2.1. Comissão Central de Organização:

A Comissão Central de Organização das Conferências no âmbito do Município de São Paulo é formada por: nove representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP (4 do Poder Público e 5 da Sociedade Civil); dois representantes de Conselhos Tutelares; quatro Adolescentes e Jovens (2 meninos e 2 meninas indicados pelo FMDDCA/SP); quatro representantes do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP; e 1 representante da Secretaria Municipal de Sub-prefeituras, conforme publicação no Diário Oficial da Cidade 87/CMDCA-SP/2005.

2.2. Comissões Regionais de Organização:

2.2.1. Comissões Regionais, referentes as 31 Sub-prefeituras, terão a função de organizar as Conferências Lúdicas e Convencionais nas respectivas regiões. As Comissões Regionais serão agrupadas em 5 grupos e terão reuniões periódicas com a Comissão Central.

2.2.2. As Comissões são compostas por: um Conselheiro Tutelar; três representantes da Sub-prefeituras (com preferência: 1 da Coordenadoria da Ação Social, 1 da Educação e 1 da Saúde); três do Fórum Regional; dois adolescentes.

2.2.3. As Comissões Regionais terão que enviar para o CMDCA relatórios das Conferências Regionais até o dia 13 de Julho de 2005, incluindo as listagens dos delegados/as, observadores/as, as IV Conferência Lúdica Municipal e a VI Conferência Municipal, informando o nome e o número do documento de identificação.

3. RECURSOS

Os recursos materiais, pedagógicos e humanos para a realização das Conferências Municipais (Lúdicas e de Direitos) devem ser viabilizados pela Prefeitura, por meio das seguintes Secretarias Municipais: Subprefeitura, Participação e Parceria, Educação, Assistência Social, Saúde, Cultura, Esporte, Transporte, e com recursos do FUMCAD.

4. METODOLOGIA

Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lúdica e Convencional):

As metodologias a serem adotadas deverão ser selecionadas dentre as propostas apresentadas pelas Assessorias, com o objetivo de viabilizar a realização das Conferências e de sua sistematização.

As propostas devem convergir com a elaboração do diagnóstico da criança e do adolescente na cidade de São Paulo, que se constituirá em subsídio para esta Conferência e para a elaboração do Plano de Proteção Integral.

As assessorias deverão apresentar ao CMDCA o projeto até **13 de Maio de 2005**.

Os três temas específicos definidos pelo CONANDA serão eixos de referências para as Conferências Lúdicas e Convencional, sendo que haverá flexibilidade para inclusão de novos eixos temáticos de acordo com as especificidades regionais.

5. PARTICIPANTES DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Os participantes da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão delegadas e delegados, convidadas e convidados, observadoras e observadores.

Os adolescentes poderão optar para se inscrever seja nas duas Conferências Regionais (Lúdica e Convencional), ou só na convencional.

Nas Conferências Regionais deverá ser considerada a participação dos segmentos definidos nas orientações do Conanda.

- Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselheiros Tutelares;
- representantes de órgãos governamentais de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

¹ Conferência Lúdica: metodologia específica para público constituído por crianças e adolescentes, organizadas com apoio de educadores;

² Conferência Convencional: metodologia específica para público adulto e de adolescentes.

- representantes de entidades não governamentais de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- representantes de Fóruns Regionais e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- adolescentes (considera-se adolescente toda pessoa entre doze e dezoito anos de idade, conforme o art. 2º da Lei Nº 8069/90).

5.1. Critérios para escolha de delegadas e delegados

O critério para a eleição de delegadas e delegados das Conferências Regionais e da Conferência Municipal deverá ser na proporção de um delegado para cada dez participantes inscritos nas respectivas Conferências, levando em conta os limites máximos para as regionais e o limite previsto pelo Condeca.

Das Conferências Regionais para a Conferência Municipal, será respeitado o limite máximo de 20 delegados adultos por Conferência regional.

Os adolescentes delegados da Conferência Lúdica Regional poderão participar da Conferência Regional dos adultos.

Da Conferência Regional Convencional sairão os delegados adolescentes, em proporção de 30% dos delegados adultos eleitos, para participar da Conferência Municipal Convencional.

Deverá ser considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do Conanda, conforme descrição no item anterior.

5.2. Das Delegadas e Delegados

As delegadas e delegados à VI Conferência Municipal terão direito a voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências Regionais.

As conselheiras e conselheiros do CMDCA, titulares e suplentes, são delegadas e delegados natos à VI Conferência Municipal, desde que estejam presentes em uma das Conferências Regionais, com direito à voz e voto.

As Conselheiras e Conselheiros Tutelares são delegadas e delegados natos à VI Conferência Municipal, desde que estejam presentes nas Conferências Regionais realizadas na abrangência do Conselho Tutelar da sua região.

As Comissões Regionais organizadoras das Conferências Regionais deverão encaminhar ao CMDCA a lista de delegados titulares e suplentes até o dia **13 de Julho de 2005** informando o nome e o número do documento de identificação e o segmento que representa.

5.3. Observadoras e Observadores:

Do total de delegadas e delegados titulares poderão ser eleitos 20% (vinte) de observadoras e observadores que terão direito a voz. As Comissões Organizadoras das Conferências Regionais deverão encaminhar ao CMDCA a lista de observadoras e observadores até o dia 13 de Julho de 2005, informando o nome e o número do documento de identificação e o segmento que representa.

5.4. Convidados

O CMDCA convidará representantes, que terão direito apenas à voz na VI Conferência, assim distribuídos:

- Prefeito
- Secretários Municipais
- Juízas e Juizes das Varas da Infância e da Juventude;
- Promotoras e Promotores da Infância e da Juventude do Ministério Público;
- Delegadas e Delegados de Polícia;
- Guarda Civil Metropolitana;
- Vereadoras e Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo;
- Universidades, Institutos de Estudo e Pesquisa na área da infância e juventude;
- Órgãos e organismos nacionais e internacionais;
- Imprensa.

6. PARTICIPANTES DA IV CONFERÊNCIA LÚDICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

As conferências lúdicas são dirigidas a crianças de 07 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, acompanhadas de educadoras e educadores.

6.1. Critérios para a escolha de delegados e delegadas

O critério para a eleição de delegadas e delegados das Conferências Regionais Lúdicas para a Conferência Municipal Lúdica deverá ser na proporção de um delegado para cada dez participantes inscritos nas respectivas Conferências. Será respeitado o teto máximo de 50 entre crianças e adolescentes, estabelecido por cada Conferência Lúdica Regional.

6.2. Delegadas e Delegados

As delegadas e delegados à IV Conferência Municipal terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências Lúdicas Regionais.

As Comissões Regionais organizadoras das Conferências Lúdicas Regionais deverão encaminhar ao CMDCA a lista de delegados titulares e suplentes até o dia 13 de Julho de 2005, informando o nome e o número do documento de identificação e demais documentos previstos na Lei (autorização dos pais ou responsáveis).

7. PROPOSTAS DE ARTICULAÇÃO DO CMDCA/SP

O CMDCA, para o cumprimento de sua função de articulador, considera a necessidade do fortalecimento dos Fóruns Distritais, Regionais e mais ainda, fortalecer a articulação entre esses com o Fórum Municipal, estimulando e fortalecendo a participação das crianças e adolescentes nesses espaços de representação. Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Comissão Central das Conferências

APRESENTAÇÃO

A realização das conferências regionais dos direitos da criança e do adolescente, realizadas entre os meses de junho a agosto de 2005 nas diferentes subprefeituras da cidade de São Paulo, tiveram por finalidade fortalecer os espaços de discussão e participação com o intuito de propor políticas de estado, a fim de promover a garantia de direitos para as crianças e adolescentes.

O fortalecimento da cidadania exige que se aprofunde a democracia participativa. Para tanto, é fundamental a articulação e organização da sociedade civil para que juntamente com o poder público encontrem-se alternativas que combatam a exclusão social e as graves desigualdades sociais.

Ao convocar a VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CONANDA definiu como objetivo ampliar a participação e o controle social na efetivação da política para a criança e o adolescente. Com vistas a este objetivo, foram realizadas na cidade de São Paulo 29 conferências, envolvendo todas as regiões e a grande maioria dos distritos, com a participação de organizações sociais, fóruns de defesa dos direitos da criança e do adolescente, conselheiros dos direitos e tutelares, representantes do poder público, destacando-se uma grande participação de crianças e adolescentes.

Os eixos temáticos propostos pelo CONANDA, promoveram reflexão e posicionamento referente as questões ligadas a participação, controle social e garantia de direitos, na perspectiva da construção e efetivação de uma política para crianças e adolescentes na cidade de São Paulo.

Os desafios e propostas discutidos e aprovados nas regiões estão elencados a seguir, a partir dos relatórios recebidos das comissões organizadoras das conferências regionais.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo deseja que estes relatos possam contribuir com os debates e com a definição de propostas da VI Conferência Municipal que indicarão para o Município de São Paulo os instrumentos de participação e controle social, as prioridades da política para a criança e o adolescente, de forma integral e articulada, as necessidades de recursos orçamentários e a importância de que esta política considere as diversidades de gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional, com vistas a garantir direitos e reduzir as desigualdades e iniquidades em nosso município.

Boa Conferência!

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo

CONFERÊNCIA LÚDICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONFERÊNCIA LÚDICA DE SAPOEMBA:

Visando fortalecer o protagonismo juvenil, as oficinas propostas utilizaram-se da arte educação para fomentar o processo de discussão e reflexão. Embora não tenham discutido os eixos temáticos propostos pelo CONANDA, aprofundaram temas pertinentes ap ECA, propiciando a reflexão sobre garantia de direitos, bem como o princípio da proteção integral.

REGIÃO: CIDADE TIRADENTES

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Construir mais escolas com piscina, esporte, coletores de lixo e melhorar a educação • Equipamentos para deficientes visuais • Construção de moradias • Hospitais com profissionais competentes e responsáveis • Hospitais com remédios, exames específicos • Educação, respeito, professores, incentivo, atendimento específico • Falta de assistência na educação, com investimento no ensino escolar • Alimentação • Emprego • Comunicação • Informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de computação para as crianças e adolescentes • Projeto de esporte, reforma das quadra nas escolas • Área de lazer • Material escolar • Ter mais vagas nas escolas • Com o tema violência, ter mais palestras Oportunidade de emprego • Preocupação com o meio ambiente, cuidar dos rios • Construção de praças • Acompanhamento da verba destinada a Saúde • Criação de centros hospitalares, com equipamentos e laboratórios
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Roubo do dinheiro público • Combate ao fantasma do mensalão • Desinteresse da população • Falta de informação • Falta de Humanidade • Não cumprimento das leis 	<ul style="list-style-type: none"> • Acabar com a corrupção com maior fiscalização • Não votar nos corruptos • Aplicação do dinheiro na defesa da criança e do adolescente • Criar mais CEDECAS para proteger a criança e adolescente • Instituições com mais qualidade, para que a criança e adolescente possa permanecer nas instituições com segurança • Investimento na cultura da criança e adolescente • Colocar mais fiscais, para os corruptos não desviar o dinheiro • Mais respeito com as pessoas • Maior participação da comunidade no orçamento público • Escolher melhor os representantes • Fiscalização das entidades no orçamento público • A população se informar melhor sobre seus direitos

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar os outros • Violação dos direitos • Falta de dinheiro • Promessa de políticos mentirosos • Discriminação • Falta de dignidade • Racismo • Preconceito • Trabalho infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Combate ao desarmamento • Combate à violência • Cumprir as leis • Respeitar as pessoas com deficiência física • Incentivar a pessoa desempregada, melhorar sua auto estima • Orientação sexual nas escolas, muita criança e adolescente tem vergonha de perguntar aos pais • Os pais dialogarem mais com seus filhos sobre sexualidade • Garantir os direitos de todos os cidadãos como: educação, Saúde, cultura, etc. • Escola e emprego para todos • Lugar de criança e na escola

REGIÃO: VILA MARIANA

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Drogas • Poluição ambiental • Péssima qualidade da saúde • Falta de professores • Dificuldade para os deficientes • Violência • Educação não inclusiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha contra as drogas • Melhorar a limpeza da cidade • Assistência para adolescentes, pais e mães • Melhorar o atendimento a saúde • Contratação, capacitação e motivação para os professores • Adaptar a cidade para os deficientes • Policiamento nas ruas • Atenção aos idosos e capacitação dos motoristas de ônibus no trato aos idosos • Contratar médicos para as escolas • Ampliar hospitais infantis • Aumentar vagas nos abrigos • Cursos profissionalizantes • Praças de lazer • Creches • Faculdades públicas • Hospitais, postos de saúde • Médicos e enfermeiros qualificados • Faróis sonoros para deficientes visuais • Melhoria dos transportes públicos • Ambulâncias • Mudar o tratamento nas unidades da FEBEM

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> Falta de professores Falta de materiais esportivos, livros Falta de espaço adequado para o deficiente físico Poluição Transporte insuficiente 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade dos hospitais Construir mais hospitais e postos de vacinação Contratar mais médicos e enfermeiros Comprar ambulâncias Melhorar a tecnologia Comprar mais genéricos Contratação de professores Participação dos alunos no conselho da escola Compra de computadores Manutenção de micros Sinalização nas escolas Aumentar as latas coletoras de lixo Aumentar os transportes Transporte escolar gratuito Abaixar a tarifa do transporte Melhorar a qualidade Aumentar o tamanho do ônibus Ampliar o transporte para os deficientes Garantir o assento para todo os passageiros Proibir crianças trabalhando nos faróis Recolher as crianças para o abrigo Propiciar as crianças e adolescentes, estudo, cursos de bale, teatro, etc. Educar o ciclista para obedecer ao farol Palestras nas escolas para a convivência com os diferentes Ampliar o número de praças, parque, museus, etc. Melhoria da merenda escolar e da infraestrutura Orçamento público: esporte, teatro nas escolas, cultura

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> Preconceito em relação aos deficientes físicos, aos negros, idosos e pela opção sexual Mudar o olhar das pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas e cursos explicativos para a população Combater o preconceito Promover o respeito aos diferentes – na família, na creche, na escola e nos ambientes sociais Educar para a solidariedade com os deficientes Respeito e atenção aos idosos Respeito às pessoas que fizeram opção para sexualidade diferente A sociedade deve tratar com igualdade os diferentes A escola deve educar para a convivência com os diferentes Pagar multa, quando manifestar preconceito em relação às pessoas

REGIÃO: LAJEADO E GUAIANAZES

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
	<ul style="list-style-type: none"> Que se tenha radio nas escolas Casa de Cultura em Guaianases, para o envolvimento da criança e adolescente com a cultura e a arte Debate nas escolas sobre o ECA Mais apresentações de teatro, dança, etc.. Construção de praças, clubes Acesso à internet nas escolas Jornal Popular só para crianças e adolescentes Estabelecer espaço para que a criança e adolescente possam fazer debates sobre vários temas, com o seu ponto de vista Criação de jornais e fanzines direcionados para crianças e adolescentes Inclusão digital Divulgar o ECA nos meios alternativos de educação Distribuir ECA nas escolas Oficina para professores e comunidade sobre ECA Centro de comunicação juvenil nas regiões Atendimento psicológico nos postos de saúde Assistente social nas escolas Atendimento gratuito de dentista, fisioterapia, fonoaudióloga e outros

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> • Que haja uma postura dos segmentos de defesa da criança e do adolescente, diante dos programas que ofendam e desmerece a criança e adolescente • Que o CMDCA tenha uma comissão, para que haja de fato uma fiscalização • Campanha sobre afetividade e sexualidade para pais e alunos nas escolas • Aumento das salas especiais nas escolas • Acesso para os portadores de necessidades especiais na escola • Discussão na sociedade sobre os portadores de necessidades especiais sobre o acesso e inclusão • Programa de atendimento as famílias dos portadores de necessidades • Mais transportes que atenda as pessoas com necessidades especiais • Calçadas pavimentadas e em condições para cadeira de roda • Professores especializados para o atendimento a criança portadora de necessidades especiais • Ter educação afetiva e sexual como matéria permanente nas escolas • Abordam o tema de homossexualidade nas escolas, assim como gravidez na adolescência • Qualidade no atendimento dos adolescentes nos serviços da sociedade • Informações para adolescentes sobre DST's • Profissionais especializados para estudar Ana região as origens da violência • Fazer discussões sobre gênero, direitos e deveres • Ter oficinas temáticas nas escolas, sobre gênero, afetividade e sexualidade e outros

REGIÃO: ITAIM PAULISTA/ VILA CURUÇÁ

EIXO 1 - PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar as leis • Mobilização social • Expansão através do FDCA 	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscais pela sociedade identificação com o governo municipal • Participação continua

EIXO 2 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Participação com os conselhos tutelares 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecendo os projetos do governo que são direcionados a criança e adolescente, através dos conselhos

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Cuidar da cultura da criança respeitando a sua origem • Identificar cada um dos protagonistas 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento dos educadores • Mobilização pela mídia

REGIÃO: VILA PRUDENTE

EIXO 1 - PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a cultura e lazer • Acesso a saúde • Efetivação dos grêmios estudantis • profissionalização 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na qualidade de lazer como manutenção das praças e dos centros esportivos, segurança nestes locais • Construção de bibliotecas, telecentros • Capacitação de profissionais para atuarem no programa escola aberta • Melhora no atendimento com profissionais capacitados, rapidez no agendamento de consultas, aquisição de equipamentos para a realização de exames, farmácias equipada com medicamentos que atendam as necessidades da população • Garantia de funcionamento e participação efetiva dos adolescentes e crianças • Liberação de verbas para a construção de centros profissionalizantes

EIXO 2 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • A importância de conhecer os direitos das crianças e dos adolescentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em encontros debates, fóruns, etc. para que os direitos conhecidos sejam garantidos

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Vencer os diferentes tipos de preconceitos, visando igualdade e respeito em todos os ambientes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de debates palestras pesquisas e trabalhos sociais despertando na população uma consciência e igualdade

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a violência; • Acesso à escola e lazer; • Melhorar as condições de vida; • Fortalecimento da estrutura básica de ensino (estímulo para a leitura, etc); • Melhorar e ampliar a qualidade de ensino; • Prevenção às enchentes; • Qualidade na saúde; • Mais segurança; • Fim à exclusão digital 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais quadras de uso livre. • Mais investimento nas quadras já existentes na região • Acesso ao transporte para ida à escola/passeio • Mais área verde para brincar; • Transportes menos poluentes • Garantia de moradia com conforto para as famílias carentes; • Dar prioridade à escola (garantia de vagas com qualidade); • Efetivar o direito à escola • Promoção de grupos de jovens para discussão de atividades específicas • Manutenção dos piscinões existentes e aproveitamento de área superior para construção de áreas de lazer no local • Organização de campeonatos entre as escolas; • Teatro com alunos da escola da rede pública. • Escolas abertas aos finais de semana; • Qualidade na merenda escolar e capacitação das merendeiras; • Incentivar e melhorar a qualificação do profissional do ensino público); • Mais transporte escolar • Melhorar a qualidade do bairro em relação ao saneamento básico; • Uso obrigatório de carteirinha, para identificação dos alunos. • Fortalecimento da ronda escolar. • Tele-centros com acesso à informática para menores de 12 anos, • Aumentar o tempo de uso do computador e funcionar até mais tarde.

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Maior participação da população para preservar e conquistar nossos direitos; • Ampliar o controle e a participação popular sobre o orçamento público e as ações do governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar na comunidade para conhecer melhor os direitos e deveres, ser melhor (aprender e ser alguém), participar para aprimorar os conhecimentos; • Participar nas conferências, comunidade, espaços de cultura e discussão, lugares interessantes, em casa e na sociedade (que tenha esporte, artesanato, grafite, música, capoeira, etc.); • Promover espaços de discussão entre Poder Público Local (Sub-Prefeitura) e a comunidade, visando uma melhor fiscalização dos recursos públicos e das demandas de pedidos da comunidade • Incentivar e fazer valer a criação dos grêmios estudantis; • Fiscalização sobre os benefícios que o governo oferece (renda-mínima, bolsa-escola, saúde e educação, etc.);

EIXO 3 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

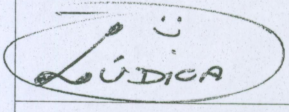
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Faculdade pra todos; • Reduzir o preconceito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais entidades para atender as crianças; • Fortalecer o trabalho voluntário • Mudar a base da educação para propiciar o trabalho voluntário • União da escola com os e capacitação das merendeiras; • Incentivar e melhorar a qualificação do profissional do ensino público); • Mais transporte escolar • Melhorar a qualidade do bairro em relação ao saneamento básico; • Uso obrigatório de carteirinha, para identificação dos alunos. • Fortalecimento da ronda escolar. • Tele-centros com acesso à informática para menores de 12 anos, • Aumentar o tempo de uso do computador e funcionar até mais tarde.

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Maior participação da população para preservar e conquistar nossos direitos; • Ampliar o controle e a participação popular sobre o orçamento público e as ações do governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar na comunidade para conhecer melhor os direitos e deveres, ser melhor (aprender e ser alguém), participar para aprimorar os conhecimentos; • Participar nas conferências, comunidade, espaços de cultura e discussão, lugares interessantes, em casa e na sociedade (que tenha esporte, artesanato, grafite, música, capoeira, etc.); • Promover espaços de discussão entre Poder Público Local (Sub-Prefeitura) e a comunidade, visando uma melhor fiscalização dos recursos públicos e das demandas de pedidos da comunidade • Incentivar e fazer valer a criação dos grêmios estudantis; • Fiscalização sobre os benefícios que o governo oferece (renda-mínima, bolsa-escola, saúde e educação, etc.);

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> Faculdade pra todos; Reduzir o preconceito. 	<ul style="list-style-type: none"> Mais entidades para atender as crianças; Fortalecer o trabalho voluntário Mudar a base da educação para propiciar o trabalho voluntário União da escola com os postos de saúde, promovendo palestras de orientação sexual e sobre drogas, garantia de atendimento com médicos especialistas, dentistas, oculistas, etc. Escola com acesso a deficientes, melhor atendimento médico, mais ambulâncias e remédios grátis, qualificação dos agentes de saúde e de todos os funcionários de postos e hospitais;



REGIÃO: PARELHEIROS

EIXO 1 - PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> Maus tratos as crianças e adolescente Trabalho infantil Situação da região; Pouca existência de políticas publicas voltadas para a crianças e o adolescentes integradas ao artigo 4º do ECA; Falta de acesso a espaços culturais e esportivos em Parelheiros; Precariedade da saúde publica; Pouco espaços escolares, culturais e esportivos na região. 	<ul style="list-style-type: none"> Tirar as crianças pobres das ruas Os pais que colocam seus filhos para trabalhar devem tirar eles desse trabalho e colocar na escola e receber um auxílio p/ que crianças não precisem trabalhar. Organizar a bolsa escola Construção de praças com brinquedos e jogos Centro esportivo Construção de escolas e aumentando as que já existem Um disque denuncia ou local que as pessoas possam ir p/ denunciar quem maltrata as crianças e adolescentes Centro de orientação p/ os adolescentes p/ que conheçam seus direitos e deveres Ter oportunidade de empregos para adolescentes trabalharem mais respeito ao adolescente, ou seja, não coloca-lo para fazer serviços pesados, pois isso atrapalhará seu desenvolvimento; Garantir aos adolescentes os mesmos direito trabalhista que tem os adultos; Garantir aos adolescentes os direitos ao trabalho a partir de uma determinada idade e fazer com que esse trabalho não o atrapalhe em seus estudos; melhorar o atendimento no QUALIS; melhorar o atendimento pré-natal; melhorar o alojamento maternal; conjuntamente para tratamentos mãe e bebê; Fornecer medicamentos para tratamentos médicos; Priorizar os atendimento para as crianças;

181

CRECHLS

	<ul style="list-style-type: none"> Ter o direito de falar tudo que pensa; Tratar os adolescentes e as crianças sem violência; Participar da vida familia e comunicação sem discriminação; A criança e o adolescente ter o direito de ser respeitada; Construir novas escolas para que todos os adolescentes e as crianças da região tenham acesso a diferentes programas; construir casas de cultura na região com arte, com culturas e diversidades; Ter ginásio de esportes (poliesportivo); Existir praça publica; Haver espaços para lazer na comunidade
--	--

CNIC

EIXO 2 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> Segurança Publica Falta de escolas Saúde Esgoto (saneamento básico) Alimentação Esporte, Lazer e Cultura Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Mais policiamento Construção de mais escolas Construção de hospitais. Esta precária em termos de hospitais medicamentos e precisamos médicos preparados (capacitados) Canalização Parcerias com empresas e juros mais baixos Construção de centros esportivos e áreas de lazer. Usar áreas abandonadas da nossa região, para fazer praças/quadras, Área de lazer e valorizar ao nosso meio ambiente e quem sabe trazer o turismo e gerar empregos. Também temos como proposta espaços culturais. Pois nenhum país é soberano sem educação. Educação Ambiental na grade curricular

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> Indígenas a falta de emprego para as pessoas indígenas e um tipo de discriminação que existe na sociedade. Violência: A violência hoje em dia aumenta muito por causa das armas que são vendidas para todos A discriminação em geral A discriminação faz parte da nossa sociedade muitas vezes involuntariamente Os deficientes físicos e mentais sofrem discriminação pela sociedade por não terem direitos a fundamentos básicos por falta de recursos 	<ul style="list-style-type: none"> Criar um projeto social para integração do indio no mercado de trabalho usando como base a agricultura haver um grupo ou um fórum para fiscalizar a venda de armas e o comercio legal, vedando a venda só para pessoas autorizados (política, exercito). Disponibilizar palestras na escolas para conscientizar as pessoas a sobre as discriminações e debate mostrando para as pessoas o errado de tanta discriminação Preparar as escolas, ônibus, hospitais, e outros para a receber pessoas com deficiência físicas e mentais colocando livros em brailer acesso a cadeira de rodas e outro Profissionais capacitados para atender pessoas especiais em todas áreas publicas. Promover nas escolas debates sobre orientação sexual. A prefeitura integrar junto à comunidade para desenvolver projetos sociais. Expansão da rede de saúde Direito educacionais para os indios

REGIÃO: IPIRANGA

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Ampliar número de vagas nas escolas. Ampliar número de projetos para adolescentes. Ampliar os espaços de lazer em Heliópolis e região. Os postos de saúde sem medicamentos e o atendimento inadequado as crianças e adolescentes Na comunidade faltam pessoas que tenham coragem de enfrentar os problemas como: <ul style="list-style-type: none"> moradores que jogam lixo e entulho nas calçadas, que as vezes passam para a rua provocando vários acidentes e até mortes; moradores que vêem e não tem coragem de denunciar a subprefeitura. Talvez a falta de coragem seja medo, já que alguns moradores ameaçam de morte ou de atitudes como bater nos outros Crianças que estão sem estudar e trabalham nas ruas Crianças que ficam muito violentas e até se drogam Reinvidicar direitos junto a prefeitura e governo Grande concentração de jovens na região de Heliópolis Insuficiência no número de vagas em projetos sociais da região Insuficiência no número de vagas nas creches Necessidades de garantir a continuidade de Projetos como, Se liga Galera, Geração Vida, Parceiros da Criança Insuficiência no número de vagas nos Núcleos-socioeducativos Melhoria do ensino público e projetos regionais Falta de escolas profissionalizantes Faltam vagas em escolas e creches Necessidade de melhorar nossas escolas Necessidade de melhorar o serviço de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Criar mais salas nas escolas existentes. Renovação de convênios para projetos existentes. Criar espaços culturais e lazer nas comunidades. Pressionar os órgãos públicos Incentivar as pessoas a reclamar e lutar por seus direitos, indo à Subprefeitura. Ter mais escolas Ter mais projetos sociais como por exemplo o "renda mínima" Ampliar no numero de vagas em projetos que atendam crianças e adolescentes Concessão e construção de novas creches pelo estado em áreas públicas Implementar discussões de temas como saúde, educação ambiental, cidadania junto aos jovens que freqüentam os projetos existentes na Comunidade Ampliar espaços de esporte, cultura e lazer existentes na comunidade Criação de cursos profissionalizantes, qualificando os adolescentes da região Implantação de novos núcleos sócio-educativos Criação de novos serviços de saúde como postos e hospitais, inclusive aparelhando os mesmos Oferecer merendas de qualidade, bibliotecas, laboratórios científicos, salas de informática, aumentar a per-capita proporcionalmente ao atendimento das crianças e dos adolescentes estendendo-as na promoção da qualidade de vida dos seus familiares e manter os projetos sociais Efetivar o compromisso do estado e da sociedade para o desenvolvimento da criança e do adolescente Cobrar do estado a criação de escolas profissionalizantes e garantir a inserção do adolescente no mercado de trabalho, respeitando a lei do Aprendiz, através de parcerias com empresas privadas Lutar para contratação de mais professores Reinvidicar junto ao estado a melhoria dos hospitais, inclusive aumentando a segurança destes lugares

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> MAIOR VERBA INVESTIDA PARA A INFANCIA. Projetos de educação profissionalizante nas áreas diversas e principalmente na informática Desvio do orçamento destinado à alimentação, material escolar Cobrança abusiva nas contas de luz, água, telefone, já que muitas pessoas não podem pagar Desvio de verbas públicas por políticos Poucas vagas em creche e no mercado de trabalho Muitas crianças em situação de trabalho infantil Poucas vagas em universidades, dificultando o acesso sobretudo para as pessoas mais humildes A participação social na elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público Apontar os problemas da sociedade, as deficiências que ela traz e trabalhar em cima das necessidades que nela existe Fiscalização da Sociedade Multiplicar as informações e participar de fato Falta de Alimentação Falta de escolas Desemprego Baixos salários, que tomam-se insuficiente para garantir a própria sobrevivência Falta de espaço junto aos governantes para que a população possa se colocar Falta de hospitais e profissionais qualificados Falta de projetos sociais na Comunidade Falta de professores qualificados nas escolas Falta de vagas no ensino médio nas escolas públicas Falta de vagas nas universidades públicas Falta de vagas em creches Falta de segurança pública Más condições do transporte público Preço abusivo do transporte para uso do estudante 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a quantidade de verba para projetos ficarem melhores e que eles possam acontecer de forma que atenda muitas pessoas. Construção de um projeto o mais rápido possível Reivindicação dos nossos direitos Explicações e levantamento sobre os problemas da comunidade Procura as autoridades publicas Passeata Idéias de projetos para melhoria da comunidade Melhor fiscalização para com os nossos governantes, inclusive no cumprimento de promessas de campanha Diminuição de imposto Maior conscientização da população de seus direitos como cidadão, tornando o voto mais consciente Criação de mais empregos Ampliação no número de vagas de escolas e creches Criação de mais projetos sociais para adolescente, tirando-os da rua Fiscalização dos governantes com a participação popular Conscientização das pessoas da importância do Voto Ter o controle geral da sociedade em si Participar das leis que são decididas em nosso favor Lutar e ter garantidos os seus direitos como cidadão Integração da Sociedade dentro deste mecanismo Formação continuada dos profissionais a educação e manter um pacto social de esclarecimentos contínuos Criação de cursos para qualificação dos jovens Melhoria das condições salariais Aumentar o número de projetos sociais, melhorando as condições de renda da comunidade Desenvolver estratégias de conscientização da população, buscando canais de comunicação com nossos governantes Aumentar o numero de transporte coletivos Aumenta o numero de vagas das faculdades

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade de vida das crianças e pessoas de todas as raças que vem sendo excluídas e ficando sempre fora daquilo que é bom para o desenvolvimento humano Falta de coleta de lixo, acarretando acúmulo e assim a transmissão de doenças Falta de médico nos hospitais Muita falta dos professores Falta de tratamento dos detritos lançados pelas fabricas, aumentando a poluição Falta de emprego Desigualdade para com as diferentes raças Aumentar a taxa de ex-alunos de escola pública que frequentam Universidades públicas e particulares Aumentar a taxa de ex-alunos de escolas pública que frequentam Universidades públicas e particulares Falta de áreas verdes na comunidade de Heliópolis Falta de caçamba para lixo? (?) na Comunidade Falta de professores nas escolas Ensino de péssima qualidade no nível médio Falta de projetos sociais Falta de divulgação dos projetos sociais Alta número de vítimas de abuso sexual Falta divulgação sobre métodos anti-conceptivos 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização das pessoas para que não se jogue lixo em lugares públicos Mais médicos nos hospitais Contratação de mais professores Fiscalização das fabricas para diminuição da emissão de poluentes Mais empregos, inclusive para aqueles sem experiência Mis projetos para tirar as crianças da rua Criar atendimento pediátrico 24h Criar um centro de referencia para drogaditos Cumprimento de leis anti-racismo Promover a igualdade social e a melhoria de ensino Reinvidicar por profissionais mais qualificados Promover ações para melhorar o cuidado com as poucas áreas verdes existentes Aumentar o número de caçambas na região para o depósito de entulho Ampliar o numero de professores substitutos e eventuais nas escolas Melhorar a formação e qualificação dos professores Ampliar os projetos sociais, garantindo-os enquanto políticas públicas Conscientizar das pessoas, com a criação de espaços que facilitem o diálogo entre as famílias Garantir os direitos dos adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de internação Criar espaços de discussões para a reformulação da política da medida sócio educativa de internação Incentivar as micos empresas abrir vagas para adolescentes com 16 anos governo providenciar moradia para famílias carentes Ter mais escolas e creches e profissionais qualificados Melhoria no saneamento básico das periferias Incentivar palestras sobre DST's Aids, Gravides Precoce e Drogas Diminuição na taxa de mortalidade infantil Distribuição de Cestas Básicas Projeto de Meio ambiente para a comunidade

REGIÃO: VILA MARIA/VILA GUILHERME

EIXO 1-PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTES.

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> Ter mais escolas, postos de saúde, espaço de lazer. Violência, brigas sujeira nos bairros 	<ul style="list-style-type: none"> Cobrar do governo Conscientizar que cada um pode fazer alguma coisa para melhorar a situação

EIXO 3- A participação social na programação da igualdade e valorização da diversidade: gênero, raça, etnia, orientação sexual e procedência regional"

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a vida nos bairros Conseguir espaços de cultura e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> Abri espaços de discussão para as crianças e adolescentes conversarem sobre os problemas de seu bairro. Reivindicar dos diretores de escolas que abram as escolas para grupos de Teatro, Música, formado pelos jovens Pedir para os Grêmios das escolas negociarem com os diretores e os conselhos de escolas.

REGIÃO: SANTO AMARO

EIXO 1-Papel do Estado e da Sociedade na Formulação, execução e monitoramento de políticas para criança e adolescentes

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> Educação Desarticulação da sociedade civil para intervenção qualificada na elaboração da política de atendimento à criança e ao adolescente. Parceria entre Poder Público e Sociedade Civil Comunicação Formação/Capacitação 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento do sistema público de ensino. Mudança na avaliação, revisão dos conceitos da Lei de Diretrizes e Bases no que se refere à progressão continuada(aprovação automática). Direcionamento do ensino/aprendizagem para a realidade do jovem, incentivando a pesquisa e atividades extra-curriculares e buscado a universalização do conhecimento. Reorganização da Sociedade Civil local, por meio do fortalecimento do Fórum DCA. Recuperação do documento elabora pelo Fórum DCA de Santo Amaro que aponta as necessidades e prioridades relativas à infância e adolescência da região. O referido documento foi elaborado em outubro de 2004. Costam do documento propostas para o enfrentamento das questões pertinentes à demanda local, tais como: <ul style="list-style-type: none"> República Jovem; Casa de acolhida para adolescentes grávidas; Ampliação dos núcleos sócio educativos; Ampliação de mais um abrigo; Atendimento a adolescentes drogaditos; Ampliação do atendimento na área de saúde mental; Atendimento a adolescentes em medida sócio educativa de Liberdade Assistida, com repasse de verba do Estado; Revisão da Política de convênios. Agilizar a comunicação entre os serviços públicos e conveniados da rede por meio da publicização ,via internet, dos dados referentes ao funcionamento de cada organismo. Publicar os resultados da Conferência Regional nos meios de comunicação locais, em geral o jornal Gazeta de Santo Amaro ,e também publicizar entre as organizações sociais e equipamentos da rede pública. Curso de capacitação da sociedade civil para monitoramento das políticas públicas

EIXO 2-A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO.

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Estudo x melhoria de vida • Condições de funcionamento do Conselho Tutelar • Violência e falta de serviços de esportes e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de cursos de alfabetização; • Reavaliação dos regimentos das escolas públicas tanto para pessoas especiais quanto para o ensino regular; • Capacitação de professores; maior oferta de vagas nas universidades públicas e cursos profissionalizantes; Fortalecimento dos grêmios estudantis; • Espaço adequado ao funcionamento do Conselho Tutelar, que disponha de estrutura material, informatização ,transporte ,acesso á internet, facilidade de acesso ao usuário. • Valorização dos espaços públicos de lazer, como os CDMS, • Discussões sobre violência, preconceito ,diversidade direitos e deveres nas escolas, • Investimento no atletismo.

EIXO 3- A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROGRAMAÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA REGIONAL”

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento precário a crianças e adolescentes na área de saúde. • Falta de hebiatra(médico especialista em adolescência). • Preconceito pela diversidade. • Dificuldade de adolescentes em conseguir emprego por apresentarem visual diferenciado. • Discriminação em relação aos egressos da Febem. • Atendimento ao adolescente em situação de rua, após completada a maioridade. • Atendimento a adolescentes ameaçados de morte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do atendimento especializado ao adolescente; • Capacitação de profissionais; • Distribuição de medicamentos; • Maior número de vagas em hospitais. • Trabalhar a questão da discriminação; • Reforçar a Lei anti-discriminatória sobre tatuagens e piercings; • Políticas de inclusão; formação e formação e trabalho. Atendimento de adolescentes em medida sócio-educativa de Liberdade Assistida. • Repúblicas jovens. Programa de atendimento intermediário entre abrigos e albergues. • Colocar em prática o Programa para adolescentes ameaçados de morte.

REGIÃO: Santana / Tucuruvi

EIXO 1- O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTES.

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a participação em seminários, fóruns e momentos de discussão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia da ampliação da participação de crianças, adolescentes e jovens em todos os processos de discussão, elaboração. Execução e Controle das políticas sociais. • Capacitação dos trabalhadores que atuam com este segmento (criança, adolescente e jovem) para que sejam agentes multiplicadores desta Política.

EIXO 2 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Maior inclusão social cultural das crianças e dos jovens na elaboração e execução de projetos e políticas voltadas a esse público. • Capacitação de profissionais para a realização de projetos culturais, de lazer e esportivos • Ampliação do trabalho com as famílias , avançando na proposta de sensibilização e envolvimento na problemática da Criança e do Adolescente 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e capacidade de trabalhadores para o desenvolvimento e valorização da criança e do adolescente. • Participação de crianças e adolescentes nos momentos de discussão e implementação de políticas públicas, bem como de sua fiscalização. • Trabalho com as famílias para embasamento na questão de educação sexual.

EIXO 3 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA REGIONAL

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de investimento em setores públicos de serviços e assistência social • Assegurar continuidade na prestação de serviços e projetos • Inserção da criança e do jovem na discussão, execução e participação em projetos culturais e sociais; valorizando sua realidade e potencialidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos escolares para trabalho qualificado em educação sexual, buscando apoio das famílias e sua participação. • Sensibilização da comunidade para sua integração na busca de direitos sociais. • Conhecimento dos direitos e deveres • Maior investimento nos setores sociais (projetos).

REGIÃO: SÃO MIGUEL PAULISTA/JARDIM HELENA

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • A educação das Crianças e adolescentes em situação de rua, partindo do princípio que a educação não ocorre só na escola • Melhorar a estrutura física das escolas • As escolas da região enfrentam muitos problemas, entre eles estão: drogas, agressão por parte de alguns professores, falta de vagas, falta de respeito mútuo, falta de segurança, iluminação cansativa, aulas cansativas e outros, refletindo na qualidade de ensino • Qualidade de vida a população • Criar uma rede de atendimento psicológico na região , pois a demanda por psicólogos é muito grande, implantar a Delegacia da Mulher , programas sociais que trabalhem com a família em todo o seu contexto, programas de geração de renda • A violência esta muito presente nas quadras, praças e campos das comunidades • Os adolescentes chamam atenção para falta de profissionais especializados em adolescência na área da saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Política educativa • Que fossem mais coloridas e possuissem jardins • Melhorar a qualidade de ensino que esta defasada • Criar uma rede de atendimento psicológico na região , pois a demanda por psicólogos é muito grande, se encontram sem condições de uso) • Reformar aqueles que estão em más condições e garantir o bom funcionamento dos mesmos • As escolas poderiam oferecer atividades de esporte, cultura e lazer nos finais de semana. • As atividades culturais (teatro, capoeira e dança) deveriam fazer parte do conteúdo escolar, assim como as atividades do esporte e lazer • Mais segurança para que todos possam utiliza-los sem risco

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar o espaço de participação de crianças e adolescente nas decisões políticas de sua comunidade
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Poucos espaços para discussão e orientação sobre sexualidade e os espaços existentes não dão conta de atender a criança e o adolescente Os pais também precisam ser preparados para orientar as crianças e adolescentes sobre sexualidade e drogas A droga é uma realidade cada vez mais presente em nosso dia-a-dia seja na rua, na escola ou até mesmo dentro de casa Aborto É necessário uma atenção especial para violência, para saúde e para o preconceito racial presentes nas relações que envolvem a família e comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar espaços de discussão sobre a sexualidade Pensar em ações nas escolas, postos de saúde e organizações como: palestras de orientação e prevenção, projetos educativos e forma mais dinâmica e direcionada ao público infanto-juvenil Pensar em palestras sobre sexualidade e drogas para os pais Pensar em ações pois a droga leva a morte. É necessário criar e divulgar centros de recuperação para tratamentos especializados em drogaditos governo deve fiscalizar melhor a questão de drogas através de um sistema de policiamento mais eficiente Fazer ou não fazer aborto deveria ser uma escolha da mulher. As clínicas Clandestinas de aborto deveriam ser punidas
REGIÃO: CAPELA DO SOCORRO E GRAJAÚ	
EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Oficina de Pintura	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Locais de lazer precários Necessidade de iluminação na escola Maior segurança 	
Oficina de Gincana e Recreação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Falta de escolas (Jd. Jacarei), lazer, vida digna – garantia de moradia, lutar contra violência, falta de hospitais e estrutura de profissionais, falta de rede de esgoto, desemprego e preservação da natureza 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do numero de escola no Jd. Jacarei
Oficina de Fotografia	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Acesso a escola, falta de respeito dos funcionários nas escolas, falta de lazer, falta de segurança na escola e consciência ecológica 	<ul style="list-style-type: none"> Condução gratuita para os alunos Criação de espaços de lazer na periferia Criação do Parque Ecológico do Gaivotas Incentivo de trabalho e reciclagem nas escolas e comunidade Criação e estimulação de Grêmios nas escolas Melhorar a estrutura e qualidade das bibliotecas escolares e na comunidade
Oficina de Grafite	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Despertar o interesse e conhecimento sobre a importância do ECA na vida do cidadão paulistano Cumprimento do papel da sociedade e do poder público 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir atendimento e integração operacional dos serviços oferecidos as crianças e adolescentes Acompanhamento da situação dos direitos da criança e do adolescente no município de SP Promover e valorizar a criatividade da criança e do adolescente Capacitação e implementação de mais ofícios Combate a violência
Oficina de Musica	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Falta de professor da área Violência à criatividade 	<ul style="list-style-type: none"> Projetos de melhoria da qualidade de vida da criança e do adolescente Promoção e valorização das atividades executadas pelas crianças e adolescentes Esforços conjuntos do governo e sociedade civil em prol da música Mecanismo de acesso às oportunidades respeitando a cultura e origem

REGIÃO: MBOI MIRIM

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Propostas SAÚDE

Agilizar a construção do hospital de M'Boi Mirim

Médicos especialistas no atendimento aos adolescentes

Todos os profissionais da saúde tratem os adolescentes com respeito e agilidade

Lugares com tratamento adequado para o atendimento das crianças e adolescentes em situação de risco

Orientação sobre sexualidade, drogas, profissionais especializados nas escolas

Projetos de educação x conscientização ambiental nas escolas, com incentivo do poder público ou iniciativa privada com campanhas e promoções

Propostas CULTURA

Que todo final de semana tenha atividades gratuitas para as crianças e adolescentes das comunidades nos SESC, CÉUS, Clubes e Parques Municipais da Cidade

Espaços para Cultura, Esporte e centros de Lazer em cada bairro com piscina, sala de informática, brinquedoteca para as crianças menores, bibliotecas, anfiteatro, sala de dança

Apropriação dos terrenos baldios para a construção de pequenas e médias praças e locais de entretenimento nas comunidades

Propostas EDUCAÇÃO

Dar mais espaço para os professores e alunos

Criar regras com a ajuda de todos

Criar estruturas acessíveis para todos

Montar cursos e oficinas, onde todos os alunos possam começar a pensar no seu futuro

Realizar workshops, onde possamos ter profissionais falando suas profissões

Fazer na escola salas onde alunos discutam e montem pequenos projetos.

No intuito de melhorar ainda mais o seu espaço na escola, no bairro e até pensar mais alto

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Obs: não consta no relatório da região propostas específicas para este eixo

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

Educação

Fazer da escola um lugar para todos independente da cor, condição financeira e deficiência

Região: CAMPO LIMPO

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Oficina nº 01 – Cotidiano da Sala de Aula - Conflitos

Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Escola: Aprendizagem ou prazer? Relação professor e aluno Método de ensino do professor não é adequado Linguagem do professor Transformação das relações no cotidiano da sala de aula 	<ul style="list-style-type: none"> Para a escola torna-se além de espaço de aprendizagem precisa sentir prazer em estar nela, fazer amizades, brincar, ter bom professor... O professor tem que conhecer o aluno, ser amigo ter uma boa relação e respeito. O aluno em que ter respeito com o professor, tem que participar das ações da escola e ser responsável. Os alunos tem que ter direito a um grêmio para participarem das atividades da escola. O professor precisa trabalhar de acordo com a realidade do aluno; os alunos tem que ter direito a participar do projeto pedagógico da escola. Se o professor não consegue se aproximar da linguagem do aluno primeiro deve haver um diálogo com o professor se não resolver conversar com a Coordenadora pedagógica da escola. O cotidiano da sala de aula deve ser prazeroso, dinâmico, agradável, legal, respeitoso, interessante harmonia, organizada, paciente, em que ter diálogo, tem que ter aula, ser diferente, tem eu união, bom comportamento dos alunos tem que ser um espaço participativo e feliz

Oficina sobre o ECA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar para toda sociedade o ECA e toda a legislação que garante os direitos da criança e do adolescente Consolidar à aplicação do ECA na sociedade, garantindo os direitos da criança e do adolescente em todas as situações. 	<ul style="list-style-type: none"> Incluir no planejamento das escolas a discussão do ECA e dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Discutir o ECA e os direitos e deveres da criança e do adolescente nos NSEs, ONGs, Associações e em todos os espaços da sociedade. Fazer campanha pública divulgando o ECA para que seja aplicado de fato por toda sociedade.
Oficina Meio Ambiente – Preservação e Saúde	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> diminuir o consumo de produtos recicláveis Evitar desmatamento, fazer construções planejadas, conscientização ambiental Preservação da fauna e flora (não consumir vestuário de pele de animais, não desmatar 	<ul style="list-style-type: none"> coleta seletiva (orientação para o município) coleta solidário garantir a preservação da natureza, nascentes e mananciais, através da conscientização dos municípios pelo poder público e sociedade civil uso racional da água. conscientização e sensibilização quanto aos problemas ambientais deve se visto como uma responsabilidade de todos (multiplicar os conhecimentos)
Oficina de Saúde	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade de saúde de forma preventiva e curativa Colocara em prática o ECA e fiscalizar sua execução Falta da área específica para os adolescentes nos hospitais /ambulatórios /com profissionais envolvidos com adolescente Interligar entre os serviços saúde / educação e cultura / lazer / social Melhora do saneamento básico e coleta do lixo Falta de um canal para as reivindicações dos adolescentes; suas necessidades /deveres /direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizando profissionais capacitados (especialistas) para a criança/ adolescente, envolvidos, para trabalhar na área da saúde/educação/lazer/social. Assegurar o atendimento do adolescente. Mobilizar/divulgar e treinar os profissionais saúde/educação para execução do ECA Criação de áreas especializadas em adolescente, nos hospitais e ambulatórios Serviço de saúde, incluindo odontológico dentro das escolas, CEUs, CECCO, facilitando assim o acesso do adolescente a saúde e a prevenção. Coleta e reciclagem do lixo obrigatória nos bairros/nas escolas, com sensibilização da população Criação de Ouvidoria própria para adolescentes. (serviço de plantão para informar sobre ECA), com autonomia para execução de melhorias.

Oficina Violência e Família	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> A criança e o adolescente sofrem diferentes tipos de violência: abuso de poder, sexual e doméstica, normalmente gerada pelo uso de drogas Desinformação do governo quanto às famílias que apresentam problemas familiares Desrespeito e abandono dos idosos Necessidade de trabalhar fora e problemas financeiros causam ausências dos pais na família e problemas nas relações com os filhos. A falta de emprego, experiência, discriminação e preconceito prejudicam o jovens para conseguirem trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Orientação para pais e filhos através dos órgãos públicos e campanhas que falem sobre a importância do diálogo na família. Incentivar a escolaridade dos pais, incluindo temas sobre família, no supletivo Incluir profissional psicólogo para atender crianças/adolescentes nas escolas Mapear as famílias com problemas para encaminhar para atendimento, orientação e acompanhamento Criar projetos de acompanhamento familiar. Criar atendimento da saúde, próprio para idosos, com atividades em grupo e diálogos. Redução da carga horária de trabalho, para que os pais se dediquem mais aos filhos. Discutir regras de convivência e diálogo Criar mais oportunidade para os jovens, através de cursos e estágios nas ONGs Criar campanhas Públicas que mostrem as diferenças e a necessidade de respeitá-las
Oficina 6	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Educação Empregos Tecnologia (informática) Cultura /lazer Moradia Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Educação com qualidade Gerar novos empregos para a família Criar ampliar programas de inclusão digital para todos com qualidade Biblioteca, lazer, (museu, teatro, etc), Esportes Habitação para todos Melhorar a saúde do adolescente/remédios/orientação
Oficina 7	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Injustiça na prescrição das medidas que ficam na responsabilidade só do juiz. Violência policial Violência na internação 	<ul style="list-style-type: none"> Policiais preparados que não usem violência nem sejam racistas e preconceituosos, que tratem as pessoas com respeito Escolas com mais atividades esportivas e de lazer/qualidade de ensino Acesso a bons cursos profissionalizantes e com bolsa para todos
<ul style="list-style-type: none"> Nada para fazer (de bom) Desemprego Falta tratamento para drogadição Falta respeito aos valores e aos adultos 	<ul style="list-style-type: none"> Acesso aos esportes, cultura e lazer Emprego Acesso ao curso superior pelas classes pobres, negros e discriminados. Saúde – criação de um sistema que impeça a injustiça na hora da prescrição das medidas, talvez semelhante ao código penal.

Oficina 8	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Falta de experiência Falta de oportunidades Falta de qualificação Falta de incentivo Competição do mercado 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o número de cursos profissionalizantes Acesso a informação Melhora do ensino público Os Núcleos Sócio Educativos, serem reconhecidos como curso de aprendizagem A participação das famílias para a qualificação do adolescente
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Oficina Saúde	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> A criança e os adolescentes especiais 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso, aumentando o número de transporte adequado.
Oficina 9	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Desigualdade social/econômica; o preconceito e a discriminação por cor, gênero, raça, religião, sexo ,etc. presentes na sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> Promover discussões e reflexões que tragam informações esclarecedoras aos municípios Incluir nas escolas os temas transversais que tratem da discriminação e preconceitos, dos direitos e deveres do ECA e de todo cidadão.
Oficina 10	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Diálogo com os pais, escolas e ONGs Ausência do governo na educação sexual do adolescente 	<ul style="list-style-type: none"> Mais divulgação sobre prevenção das DST e gravidez Orientação adequada da família e nos espaços públicos. Campanha contínua de publicidade para sensibilizar os adolescentes a utilizar a camisinha desde a primeira relação sexual. Ex: Campanhas rádio, TV e cartazes Oficinas sobre o tema
REGIÃO: SÃO MATEUS	
EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Propostas Lazer e Esporte	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> As principais reclamações dos jovens de vários bairros e escolas, é a falta de praças para esporte e lazer, tem regiões que têm algumas praças mas são totalmente destruídas e a falta de segurança impede a diversão. Os moradores locais não colaboram com a preservação do ambiente, são os primeiros a reclamar no entanto, não fazem nada para mudar Temos campos que não recebem a atenção que necessitam, temos parques, mas alguns são longes, temos praças que não são utilizadas por falta de conservação e criminalidade e as quadras não são conservadas 	<ul style="list-style-type: none"> Conservação, campos em boas condições, parques próximos, quadras de tênis, vôlei e outros esportes, brinquedotecas, pistas de skates, apoio do governo, sala de jogos, profissionais qualificados, ajuda aos dependentes químicos, saúde, boa alimentação, materiais esportivos, clubes públicos e lugares adequados para portadores de necessidades especiais. Nós jovens e crianças temos direito de ter esporte livremente e gratuitamente. Colocar guardas civis, colocar lixeiras nas praças e conscientizar o povo de que os projetos públicos são de todos e que isso não pode acabar de uma hora para outra Podemos interferir nesta situação protestando, conservando e cobrando do governo. Solicitar a prefeitura materiais para construção de coisas

Protagonismo Juvenil	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> O jovem tem que ser representante direto. Gestão do Prefeito acaba com a antiga política e lança nova política da juventude, cortando vários benefícios aos jovens, sem consultar aos jovens, construíram um Mapa da Juventude onde 70% dos jovens fizeram alguma coisa; Tem crianças e adolescentes que nem conseguem ter acesso aos livros da escola. A maior parte das pessoas deste grupo moram em casas próprias (60%); 9% dos jovens moram em ruas asfaltadas; Apenas 05 pais de jovens trabalham com carteira assinada; As crianças e os jovens têm pouco acesso à cultura a não ser pelos trabalhos desenvolvidos nos CEU's e o Projeto Recreio nas férias; Não há no grupo pessoas que já frequentaram Teatro pago; 	<ul style="list-style-type: none"> Participar de APAES e Grêmios. Protagonismo é o momento em que os jovens e as crianças dão opinião e influenciam nas decisões como no Orçamento Participativo Garantir à sociedade os direitos, através dos diversos meios sociais (movimentações, projetos sociais, reivindicações); Passe livre para estudantes, cotas para estudantes de escolas públicas, democratização do ensino, apelos sociais mais respaldados pelo governo.
Erradicação e Violência do Trabalho Infantil	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Erradicação do trabalho infantil; Combate à violência nas periferias; Acabar com a destruição que há nas escolas municipais e estaduais; Cobrar do poder público qualquer proposta estabelecida nos bairros distantes, principalmente na periferia; 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de Núcleos Sócio Educativos ou Centros de Juventudes; Oferecer aos policiais um treinamento para que estes saibam como combater a violência sem que haja abuso de poder; Formar uma comissão de pais e mestres conscientizando crianças e adolescentes contra a destruição de espaços como as escolas; Formar uma comissão de bairro, com reuniões, estabelecendo propostas de melhorias ao bairro;
Maioridade Penal e Medidas Sócio Educativas	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Projetos pelos jovens que serão apresentados em conjunto com o Conselho Tutelar ao subprefeito; Apresentar propostas para os adolescentes egressos; Acompanhar a aplicação da lei; Divulgação do ECA partindo da discussão da aplicação das Medidas Sócio Educativas e Maioridade Penal; Formar uma comissão para atuar junto ao Conselho Tutelar

Meio Ambiente	
Desafios	Propostas
<p>Papel da sociedade</p> <ul style="list-style-type: none"> Ter consciência da importância de cada um fazer sua parte; Cuidar das áreas livres, não jogando lixo no espaço; Não jogar lixo nas ruas e nos rios; Cuidar da natureza; Não construir casas nos lugares reservados da natureza; Não queimar as matas; Participar de movimentos de preservação; Não maltratar as plantas e também os animais; Separar os materiais recicláveis que poderão ser reaproveitados; Exigir do poder público a implantação de políticas de Educação Ambiental nas Escolas; Fazer pequenas reuniões para se organizar. <p>Papel do Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> Instalação de lixeiras de reciclagem em lugares públicos; Fazer palestras de conscientização; Criar normas e punir os responsáveis pela degradação da natureza; Assumir a responsabilidade de órgão fiscalizador; Canalizar e tratar os esgotos; Plantar mais árvores. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar áreas de proteção ambiental com o apoio do Orçamento Participativo; Aumentar os dias de coleta daqueles caminhões da reciclagem; Se preocupar também com a poluição do ar e a poluição visual de cartazes; Para que as montadoras de carros quando produziram carros coloquem filtros no escapamento para reduzir um pouco a poluição do ar; Criação de grupos (multiplicadores) que possam ir às escolas e comunidades para estarem reeducando as pessoas sobre o que seria educação ambiental; Colocar lixeiras com o processo de separação e criar cooperativas entre os catadores de papelão
Profissionalização	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Falta de cooperativas; Falta de espaço de participação; Falta de engajamento; Falta de geração de renda; Falta de um Fórum só para jovens, e que seja um espaço onde eles sejam ouvidos de verdade; Jovens protagonistas; Espaços que despertem no jovem a consciência do que está acontecendo; Mais união e articulação dos jovens; Que o Conselho Tutelar faça uma divulgação de seu trabalho e sejam mais presentes. Lugares que apliquem a Lei do Aprendiz; Mais agilidade do C.M.D.C.A.; 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento das verbas; Construção de mais CEU's e que neles haja cursos profissionalizantes; Lei do passe livre; Criação de novos cursos e ampliação do número de vagas; Cursos extra-curriculares nas escolas e ONG's; Lei do Menor Aprendiz; Parceria com empresas; Vivências práticas com estágio remunerado; Participação dos jovens na elaboração de cursos profissionalizantes; Mais cursos que direcionem os jovens para Lei do Aprendiz; Ampliação, divulgação e acesso às informações relacionadas a garantia de direitos previstas no ECA;

Educação	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Organizar formas de representação de crianças e adolescentes para que apresentem propostas e reivindicações referentes à Educação. Melhorar na qualidade da merenda escolar e dos livros; Mais oficinas e gincanas para o bairro (para alunos e seus responsáveis); Maior número de Grêmios; Educação mais reforçada; Que os professores falem menos e que não tenhamos tantas aulas vagas.
Família	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Formar e orientar a família; Fortalecer a mulher; Criar projetos que forme os adolescentes das comunidades locais e criar 	<ul style="list-style-type: none"> Articular os órgãos públicos (competentes para este fim); Ampliar os conselhos e regiões locais; Criar conselhos locais para discutirem o plano plurianual e da Loa.
Cultura	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Articular com o poder público e sociedade local ampliando e fortalecendo os conselhos e fóruns sociais
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Erradicação e Violência do Trabalho Infantil	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Enfoque na repressão, no atendimento de meninos e meninas em situação de rua; População com dificuldade de acesso à informação e atendimento que são de direitos; Adequar os programas sociais como renda mínima, PETI; Maior participação na elaboração do orçamento Municipal; Maior transparência e divulgação de orçamento 	<ul style="list-style-type: none"> Enfocar a atenção integral no atendimento desta população; Mobilizar os órgãos públicos e a sociedade civil para um programa de divulgação e conscientização sobre os seus direitos; Atender as famílias que de fato não possuem condições de sobrevivência e estabelecer valores que contribuam para o desenvolvimento social e econômico destas famílias; Realizar fóruns entre crianças, adolescentes, sociedade civil e vereadores da região para elaboração de propostas para orçamentos;

Maioridade Penal e Medidas Sócio Educativas	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Criar comissões de adolescentes para procurar as diversas secretarias para saber a respeito dos investimentos; Acompanhar o orçamento da subprefeitura; Realizar um debate com as autoridades que preparam o orçamento;
Educação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Participação da família; Falta de formação e conhecimento; Mobilizar a comunidade local para reivindicar as suas necessidades; Fazer parte do P.P.P. da Conferência da escola; 	<ul style="list-style-type: none"> Eleger crianças e adolescentes para controlar e colocar as propostas educacionais dos políticos. Fortalecer e ampliar o conselho gestor da região; Participar do orçamento participativo da região para garantir as suas prioridades através da criação de fórum de adolescentes; Criar comissões da sociedade civil e representantes do poder público para que legitime esta ação através de uma legislação. Articular os órgãos competentes (poder público) e participação na execução e monitoramento do orçamento P.P. e LOA; Fiscalização do orçamento público; No Orçamento Participativo da escola fortalecer e criar comissões com representantes da sociedade civil e com o Poder Público.
Cultura	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> 50% da verba de cultura em São Mateus foi tirada. 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer e ampliar o conselho gestor criando fóruns de adolescentes para garantir as prioridades de sua região no orçamento participativo. Ampliar e articular sociedade civil e poder público na participação na execução e monitoramento do orçamento do plano plurianual e o loa.
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Erradicação e Violência do Trabalho Infantil	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Preconceito; Violência; Falta de Recurso Financeiro; Fim da exploração infanto-juvenil. 	<ul style="list-style-type: none"> Respeito (criação de espaços de lazer e cultura onde todos possam estar juntos); Trabalho para jovens e participação em espaços de lazer; Melhorar o acesso para crianças e adolescentes com deficiências, adaptando escolas, ônibus, ruas, hospitais e etc; Criar mais programas que auxilie famílias e incentivo a escola como benefícios financeiros relacionados à frequência do aluno.
Propostas Lazer e Esporte	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Esporte para todos que inclua pessoas com deficiência
Maioridade Penal e Medidas Sócio Educativas	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação das Leis (ECA); Aplicação da lei na diversidade de gênero, raça, faixa etária e outros;
Educação	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de novos métodos de conscientização e participação em atividades educacionais, esportivos, políticos e culturais; Divulgação do ECA em revistas para que as crianças desde pequenas saibam dos seus direitos Mais diversidade nas matérias e no conteúdo; Educação igual para os ricos e pobres;
<ul style="list-style-type: none"> Criar espaços culturais que divulgue a cultura afro-descendente; Inclusão para todos; Garantir a educação, saúde e lazer; Garantir espaço de interlocução dessa comunidade que sofre discriminação de gênero pela orientação sexual com os demais representantes da sociedade civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar e ampliar os espaços já existentes de grupos afro-descendente;
Cultura	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer os conselhos da escola; Incluir a conferência lúdica dos projetos públicos da escola

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

REGIÃO: CIDADE TIRADENTES

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Sistema de atuação do estado Demanda reprimida Falta de reordenamento direcional, Institucional – ECA – política de atendimento Falta de rede de serviços interligados Inadequação metodológica educacional - FEBEM 	<ul style="list-style-type: none"> PRESSÃO: autoridade em todas as esferas – articulação/mobilização organizada da comunidade com interesse coletivo partidário: expandir serviços identificando a demanda e necessidade Revisão: projetos conforme necessidade de Cidade Tiradentes Estabelecer política pública para a criança e o adolescente Implementação de fato das medidas sócio-educativa Inclusão do ECA no currículo escolar Capacitação dos educadores e familiares e agentes públicos baseado no estudo do ECA
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> União e organização popular Coragem (de dar a cara a tapa, de encarar os fatos). Compreensão do Conselho como um órgão até humano Caráter fiscalizador e articulados e transparente Escolha de membros comprometidos (isentos de vaidade e interesse pessoal) É mais fácil capacitar uma pessoa comprometida do que comprometer uma pessoa capacitada" Membros com perfil participativo e representativo Garantia de direitos Democracia Social
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Desigualdade social Falta de qualidade da Educação Desemprego Diversidade Violação Institucional dos Direitos 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação: qualificação e melhor distribuição de renda Mudança de metodologia do ensino para melhorar a qualidade do ensino Capacitação profissional: proporcionando a diminuição do desemprego Respeito e igualdade: trabalhando a diversidade social e cultural Participação ativa: de todos os seguimentos sociais na defesa dos direitos Promovendo a igualdade em todas as esferas sociais

REGIÃO: VILA MARIANA

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a informação dos recursos sociais para a população Garantir o atendimento dos jovens como um todo Tirar a crianças da rua Maior acesso às crianças e adolescentes, com ou sem deficiência física à educação. Incentiva para instituições que desenvolvem trabalhos com crianças Mais vagas em creches, mais escolas em período integral Melhorar a condição de vida das pessoas moradoras na região (moradia, transporte, alimentação, emprego) Conscientizar a população, da importância de garantir os direitos de cidadãos, em relação aos portadores de deficiência especial 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de dados de todos os recursos sociais, educacionais e de saúde, com fácil acesso à população Elaborar uma política efetiva, de atendimento ao jovem Criar programa que atenda a família Oferecer cursos profissionalizantes aos jovens Adequar todos os equipamentos públicos, (dando acessibilidade e possibilitando o uso como computadores, livros, etc.) a todos os portadores de necessidades especiais Treinar os funcionários dos equipamentos (professores e outros profissionais), a atenderem adequadamente os portadores de necessidades especiais Disponibilizar maior verba à educação Disponibilizar maior verba a área social, para um atendimento mais amplo as necessidades básicas da população Desenvolver nas escolas, um programa de conscientização, junto às crianças das desigualdades e diferenças Estabelecer parcerias com as empresas de cada região, visando à melhoria do bairro Formação de uma equipe multidisciplinar nas Subprefeituras, para trabalharem com o menor infrator, com curso profissionalizante
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Participação dos jovens na fiscalização do orçamento Capacitar jovens para o mercado de trabalho Fiscalizar a verba gasta pelas entidades 	<ul style="list-style-type: none"> Formar e capacitar os jovens, para que possam fiscalizar os orçamentos públicos Investir na alfabetização Incluir no currículo escolar, o orçamento público, política participativa, debates

<ul style="list-style-type: none"> Sociais Participação na elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público, orçamento de conformidade com necessidade do bairro 	<ul style="list-style-type: none"> Investir na educação básica, abrindo cursos gratuitos para capacitarem jovens para inserção no mercado de trabalho A comunidade ter acesso ao controle do recebimento e gastos de verbas públicas pelas entidades sociais Informar a comunidade, qual o orçamento da região, onde vai ser gasto, para que a comunidade possa fiscalizar Informação via internet, radio, TV e nas subprefeituras, do orçamento das subprefeituras, para acesso à comunidade
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as desigualdades de oportunidade entre os jovens por racismo, deficiência física Cuidar dos jovens infratores, por região Profissionalizar os jovens Garantir o acesso dos jovens a todo os recursos da sociedade (moradia, escolas, atendimento social e médico) 	<ul style="list-style-type: none"> Propostas que visam a redução das desigualdades entre jovens, causados pelo racismo e pela deficiência física Colocar nos currículos escolares, a questão do respeito às diferenças, desde o material com as crianças, a família e funcionários (respeito e solidariedade) Garantir a convivência com as diversidades em todos os segmentos da sociedade Treinamento dirigido aos profissionais, para estarem preparados para lidar com as diferenças (em escolas, hospitais, policiais, etc.) Um subsídio financeiro para garantir a inclusão dos portadores de deficiência na sociedade (moradia, escolas especializadas, acompanhamento médico, etc.) Criação de uma equipe multidisciplinar com psicólogos, pedagogo, advogado, etc. para atender jovens infratores, levantar a situação dos jovens em risco na região Cursos profissionalizantes para jovens em risco social (infratores adolescentes na rua, etc.)

REGIÃO: PIRITUBA/JARAGUÁ

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Levantar os dados sobre a situação das crianças e adolescentes da região Vencer a situação de violência e drogas principalmente na periferia Colocar em pratica o ECA (que as leis se transformem em políticas publicas) que o acesso a cultura esporte e lazer seja garantido 	<ul style="list-style-type: none"> Organizar na região encontros com as instituições e entidades que atendem crianças e adolescentes Implementar efetivamente o banco de dados do CIPIA nos conselhos tutelares Montar uma rede setorial que articule os trabalhos realizados com crianças e adolescentes
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Divulgação mais abrangente do orçamento público Abrir canais de participação Garantir que a criança e o adolescente tenham prioridade no orçamento público Inserção da iniciativa privada na elaboração de política publica para criança e adolescente 	<ul style="list-style-type: none"> Meios populares de informação através de jornais de bairro e outros Participação na aprovação do orçamento da criança e do adolescente Resgate da doação incentivada para os fundos da criança e do adolescente Acompanhar a deliberação das políticas públicas para crianças e adolescentes Fiscalizar a aplicação do orçamento público e dos fundos para criança e adolescente Resgate do fórum regional da criança e adolescente
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
Inserção das crianças e adolescentes com deficiência respeitando a diversidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, procedência regional com qualidade	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso à escola Garantia de profissionais qualificados para subsidiar os educadores no trabalho específico com portadores de deficiência Socialização das crianças e adolescentes portadoras de deficiência integrando a rotina de trabalho Extensão do trabalho de inclusão com as famílias nas escolas e comunidades em geral Criar um programa intersetorial voltado à gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis

REGIÃO: ARICANDUVA/FORMOSA/CARRÃO

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Micros • Atividades extras • Maior incentivo para prática de esporte • Participação dos alunos • Falta de livros • Falta de aulas • Segurança 	<ul style="list-style-type: none"> • Novos micros • Escola da família • Materiais esportivos • Mais atenção ao grêmio • Melhorar as bibliotecas • Mais professores para diminuir as aulas vagas
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas práticas • Escolas em péssima situação 	<ul style="list-style-type: none"> • Fechar melhor a escola para segurança • Montar laboratórios • Reformas gerais
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de lugares de reunião para discutir os problemas • Falta de centros de cursos profissionalizantes • Falta de lugares de lazer e cultura • Participação mínima nas decisões públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns • Mais centros de qualificação • Maior investimento em lazer e cultura • Participação do adolescente menor de 16 anos nas decisões
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Integração de deficientes em melhores condições na cidade • Aumentar os cursos de profissionalização inclusive para deficientes • Vencer preconceitos • Maior capacitação para o professor • Conscientizar população jovem e adulta 	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de junção em forma de oficinas integradas de pessoas deficientes e não deficientes para troca de experiência • Criação de espaços conveniados com a prefeitura e sociedade civil, para cursos de profissionalização • Programa de conscientização em escolas sobre preconceitos e quais as soluções • Treinamento para professores para inclusão de pessoas deficientes • Aulas de cidadania • Melhoria na educação saúde, mais reuniões para reinvidicar • Locais mais adequados para deficientes como lojas, transportes (melhoria), bibliotecas • Que os jovens participem da organização das conferencias

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Organização Popular • Entendimento das leis • Levantamento da demanda • Conhecimento da parcela do orçamento que cabe a criança e adolescente • Levantamento de dados nas regiões de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais • Faltam locais e profissionais que realize diagnostico • Que os familiares reconheçam as dificuldades e limitações das crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais e assumam as mesmas • Que a sociedade civil e Estado faça um levantamento preciso ou pelo menos leve em consideração a demanda levantada na conferencia para propor política publica que atenda a necessidade da região, para que haja execução da política necessária na garantia dos direitos, pois não há como monitorar o que não se tem 	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha sobre o tema • Formação ampliada junto à educação para formação do tema • Ampliação dos projetos que já exista • Que o fórum DCA encaminhe a demanda e fiscalize o FUMCAD • Fortalecimento dos grêmios estudantis para formação de multiplicadores, principalmente ao que se refere a uma comunicação alternativa para crianças e adolescentes • Formação com pais e adolescentes, ouvidoria • Que o estado entenda que cada região tem a sua demanda, e que é preciso as instancias (governo, CMDCA, CONANDA, CONDECA, CONSELHO TUTELAR), pare de fingir que não estão vendo a carência no atendimento público à diversa demanda, saída como educação, lazer, moradia, esporte e outros, que nossas crianças não são prioridades absolutas • Fomentar o fórum de defesa já existente, para sistematizar as dificuldades encontradas
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Formação para entidades, movimento, fóruns, escolas, subprefeituras, conselhos tutelares, sobre participação popular e a obrigação de cada setor no PPA, LDO, LOA • Não deixar sobrar dinheiro no fundo para ser remanejado ou devolvido enquanto nesta cidade houver crianças e adolescentes sem política pública de atendimento • O conselho tutelar levanta a demanda para a política necessária 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um plano de ensino onde possa formar pais, alunos e educadores sobre as leis PPA, LDO, LOA • Levar a sociedade como um todo entender o que é PPA, LDO, LOA. Fica difícil lutar sem saber o que é • Fiscalizar o conselho tutelar através, do fórum regional dos direitos da criança e adolescente • Que o conselho tutelar participe ativamente do orçamento propondo política pública • Que o fórum regional dos direitos da criança e do adolescente caminhe junto ao conselho tutelar para o levantamento da demanda

REGIÃO: ITAIM PAULISTA/ VILA CURUÇÁ

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Identificar estratégias mapeamento das causas 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização junto ao governo Avaliação da ação governamental Movimentos sociais
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Participação FDCA, conselhos etc. Fiscalização dos Conselhos Tutelares para o cumprimento e participação 	<ul style="list-style-type: none"> Ligação com os conselhos para ação Através de programas nas escolas
EIXO 3 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Respeito as diferenças criar e acompanhar lei Divulgação específica do ECA 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação de profissionais da educação Acompanhamento contínuo as leis já existentes Mudança de linguagem Inclusão do ECA na grade escolar, criança e adolescente

REGIÃO: VILA PRUDENTE

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Acesso a cultura e lazer Garantir que os grêmios funcionem de forma efetiva e respeitada Falta de proteção e garantia de direitos 	<ul style="list-style-type: none"> Maior investimento em projetos sociais Construção de um CEU Capacitação para diretores, coordenadores e professores para garantir parceria e apoio espaço e horário garantido para debates das chapas. Capacitação para alunos sobre importância e como formar um grêmio Montar delegacias próprias especializadas ou uma repartição dentro das já existentes com funcionários capacitados que atuariam junto ao conselho tutelar o qual passaria a ter a sua sede nesta delegacia e passaria a ter seu atendimento 24 horas por dia.
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Como garantir participação 	<ul style="list-style-type: none"> Montaram uma comissão (23 crianças e adolescentes) para fiscalização e acompanhamento nos processos da câmara dos deputados que se referem aos direitos das crianças e adolescentes. Com garantia de acesso e a informação de datas e transporte.
EIXO 3 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Como combater os vários tipos de preconceito sendo que já são culturais e freqüentemente estabelecidos na educação e afirmados em outros locais de convivência como por exemplo grupos de amigos, escolas, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de vários meios de comunicação tv, radio, jornais, revistas e etc.. para campanhas de conscientização. Palestras em locais públicos, clubes, praças e escolas Capacitação de todos os professores para que faça parte do currículo escolar transformando assim as crianças em futuros multiplicadores.

REGIÃO: FREGUESIA DO O, BRASILÂNDIA, CASA VERDE

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> conhecimento melhor do "ECA" e forma de compreensão para todas as crianças e adolescentes; para profissionais da educação e saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> Incluir pelo Ministério da Educação no Currículo Escolar o Estudo do ECA nas Escolas e nas UBS - Unidades Básicas de Saúde;
<ul style="list-style-type: none"> Promover o conhecimento do ECA para toda sociedade; 	<ul style="list-style-type: none"> Através dos meios de comunicação diversos.
<ul style="list-style-type: none"> A participação das Crianças e adolescentes a partir da escola; Aproximar escola e comunidade Comunicação / Sensibilização / Mobilização para participação (é preciso humanizar as relações nos espaços de luta); Renovação da militância ; 	<ul style="list-style-type: none"> Volta dos grêmios nas escolas; Fortalecer da associação de pais e mestres nas escolas; Fortalecer conselhos gestores; Humanizar as relações nos espaços de luta para ampliar Comunicação / Sensibilização / Mobilização para participação das lutas na região;
<ul style="list-style-type: none"> Trabalhar a formação política dos educadores sociais, professores e técnicos na perspectiva de formar agentes multiplicadores; Obrigatoriedade do ensino médio, público, gratuito e de qualidade para todos; 	<ul style="list-style-type: none"> Promover seminários sobre política sociais públicas a cada três meses e monitorar as proposituras da conferência; Criar programas para a juventude nas áreas de profissionalização, esporte, lazer e cultura.
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de capacitação e quantidade de educadores de rua; É preciso investimento na qualidade de ensino Melhorar a estrutura de trabalho para o Conselho Tutelar; Conhecimento do Estatuto do "ECA"; Fortalecer a participação nos Fóruns regionais Brasilândia / Freguesia do O e Cachoeirinha / Casa Verde e Limão; 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir no PPA a Capacitação e quantidade de educadores de rua; Participação mais aprofundada do Conselho Tutelar para com a população e divulgação do Conselho Tutelar para cada comunidade; Parceria do Conselho Tutelar com as escolas e com a saúde; Maior divulgação do papel do Conselho Tutelar p/ população, usufruir, fiscalizar e escolher melhor os representantes de sua região. Melhor Capacitação p/ os Conselheiros;

	<ul style="list-style-type: none"> • Maior responsabilidade dos Conselheiros; • Recebimento do material e divulgação "ECA"; • Desmembrar o Fórum Regional Brasilândia / Freguesia do ó da Cachoeirinha / Casa Verde e Limão, para fortalecer os trabalhos nessas regiões; • Fortalecer a rede de proteção social a partir do FRDCA; • Incluir as propostas da conferência no PPA - Plano Pluri - Anual • Continuidade do programa de Apoio e orientação Sócio-Familiar-PROASF;
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Criar referências na perspectivas da diversidade; • Garantir acesso ao transporte ao Idoso • Revitalizar e ampliar a rede de serviços de esporte, cultura e lazer como formas de fortalecer o envolvimento da sociedade com o poder público e construir uma cultura de direitos e de participação por meio de novas experiências. • Ampliar faixa etária para atendimentos no NSE (até 18 anos) e em casos especiais até 21 anos • Maior discussão sobre: gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional; 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover seminários e debates sobre p/ a valorização da diversidade (em todos os espaços possíveis com : Escolas ONG'S, etc. • Ampliar faixa etária para atendimentos no NSE (até 18 anos) e em casos especiais até 21 anos assegurando qualidade e coordenação pedagógica por profissional especializado da área; • Implementar a municipalização da medida sócia educativa em meio aberto; • Criação do serviço para o tratamento químico (em regime de urgência). • Assegurar no ensino formal a partir dos temas transversais a discussão sobre gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional. • Ampliação e fortalecimento dos Serviços - interdisciplinares para portadores de deficiências

REGIÃO: PARELHEIROS

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Extensão do território (parelheiros e Marsilac); • Adequação das políticas públicas a demanda da região; • Aplicação de orçamento público para otimizar as políticas públicas; • Discussão e a procriação ao plano diretor; Articulação entre poder público e sociedade civil; • Participação da sociedade civil e poder publico nos fórum; • Fragmentação das políticas públicas; • Política pública não ser continua; • Exercer o trabalho de forma participativa na construção de políticas públicas; • Estados cumprir com sua obrigação e a sociedade civil com o controle social no fórum, na construção de políticas publicas e na co-responsabilidade; • Entender o papel do fórum (sociedade civil e poder publico); • Execução de o fórum ser feito de forma integra; • Tornar os espaços de discussões objetivos e reais 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar conselho tutelar em Marsilac; • Aumentar o numero de conselheiros tutelar na região; • Dar suporte e estrutura para os projetos e programas existentes na região; • Garantir a implantação de outras políticas públicas na região (assistência social/cultura/esporte/lazer/profissionalização); • Elaborar o plano diretor nos distritos (Parelheiros e Marsilac) focando a política para a criança e o adolescente; • Responsabilização para participação os fórum (Parelheiros e Marsilac); • Conhecer a realidade para intervir nas demandas existentes nas regiões (Parelheiros e Marsilac); • Proporcionar uma rede entre os distritos (Parelheiros e Marsilac); • Integrar os dois fóruns (Parelheiros e Marsilac); • Fazer parte das discussões para elaboração de política publica; • Construir políticas públicas com universalidade, acesso a todos e com continuidade; • As políticas públicas terem na execução suas particularidades respeitadas; • Sensibilizar sociedade civil e poder publico sobre a importância dos fóruns; • Apropriar a participação da criança e do adolescente nos fórum; • Integrar a participação das escolares nos fórum, na rede e nos espaços de discussões.
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma sociedade mais justa e participativa. • Ter um conselho, tutelar atuante e envolvido com a Criança e o Adolescente. • Ver os nossos filhos e neto livre da opressão e dessa sociedade que mata e destrói a si mesmo 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de mais Creches EMEI e EMEF entre Parelheiros e Marsilac criação de um Fórum para Parelheiros e Região • Criação de centro p/ juventude elaboração de projetos com casas de passagem e abrigos, centro de recuperação para viciados clubes e áreas de lazer comunitário
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração • Construção de postos 24 horas • Acabar com escolas de latas • Mau atendimento na área da saúde com criança e o adolescente • Melhor a guardas municipais nas escolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de CDMS municipais para tirar os adolescentes das ruas, das ocupações. Inserindo em projetos e a integração social e poliesportivo. Criação e construção do Hospital geral de Parelheiros com posto de saúde, itinerante para comunidades mais

<ul style="list-style-type: none"> • Dar mais melhoria ao atendimento a criança e o adolescente • Melhorar as políticas pública de atendimento social 	<p>distantes em um trabalho de oftalmologia, clínica medica dentista. Coordenação social em todos as escolas e creches da rede pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do plano municipal regional proteção integral • Posto de saúde 24 horas com profissionais qualificados na área • Construções de escolas e creches • Aumenta os convênios • Criar mais núcleos sócios educativos • Criar mais área de lazer, fazer mais parcerias de atendimento entre a criança e o adolescente • Aprimoramento na educação • Aperfeiçoar a escola aberta • Melhorar as diretrizes • Fundo municipal dos direitos da criança (FUMCD) • Ser mais divulgada • Criar um plano direto de atendimento social na região • Criar um programa para diminuir a gravidez na adolescência
---	---

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Resgate dos Valores Humanos • Inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas públicas • Integração na sociedade • Discriminação de orientação com a quebra de paradigma (rótulos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção da sociedade no sistema educacional, além da educação ambiental, e do resgate de algumas disciplinas que foram excluídas do curriculum escolar como de equipamento de cultura para a criança e o adolescente com a participação e integração da família e comunidade (APM; Conselho) • Reformulação do curriculum escolar que priorize a "igualdade e a equidade". • Capacitação para educadores concernente a origem da nossa historia • Professores capacitados nos órgão públicos para lidar com dedicação e a mor no que diz respeito a essa realidade: (com Psicólogo e assistência social). • Equipe multidisciplinar • Intervenção no sistema da educação com maior vinculação de livros em brailer (Libra=linguagem Brasileira de sinais). • Aceitar sua ideologia, respeitando a sua cultura. • Workshops com professores qualificados dentro das escolas públicas quebrando as barreiras do pré-conceito.

REGIÃO: IPIRANGA

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Drogadição/Tratamento como discutir com o governo esses projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Juntar os educadores, conselheiros tutelares, pedindo um regimento para o governo, para clínicas de tratamento/ Projetos de Cidadania, cultura e sexualidade. Criação de projetos. Não permitir que acabem projetos sociais como os da UNAS (União de Núcleos, Associação e Sociedade de Moradores de Heliópolis e São João de Clímaco) e lutar pela criação de novos projetos.
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Políticas Públicas / Escola de qualidade e incluir as Conferencias Lúdicas e Convencionais no Calendário Escolar das escolas estaduais e municipais. Reativar o O P Criança, com a participação de crianças e adolescentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Lutar juntamente em entidade e comunidade para efetivação das políticas públicas. Divulgação de leis que dizem respeito à comunidade carente e/ou menos favorecida em vários sentidos. Que as escolas tenham profissionais voltados à cidadania para complementar as horas ociosas dos alunos
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Finalização da discriminação existente aos portadores de necessidades especiais em vários ambientes 	<ul style="list-style-type: none"> • Inserir uma cultura de não-preconceito para com as pessoas que tem necessidades especiais desde o começo da vida escolar. Garantir professores mais qualificados para trabalhar com portadores de necessidades especiais. Salas que contenham portadores de necessidades especiais, devem ter menos alunos. Acesso facilitado aos portadores de necessidades especiais

REGIÃO:JAÇANÃ/TREMembÉ

EIXO 1-PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTES.	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Canalização do córrego enchentes • sujeiras, e iluminação • Violência e Drogas 	<ul style="list-style-type: none"> • Reivindicar junto a Subprefeitura Jaçaná/Tremembé a canalização do córrego, • Trabalho de conscientização e informação sobre o lixo; • Mutirão de limpeza • Iluminação de via pública • Criar grupos de discussões nas escolas, comunidade, posto de saúde e família • Palestras com temas informativos • Criação de espaços públicos para lazer e esportes e eventos culturais.
EIXO 3- A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROGRAMAÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA REGIONAL	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaços de lazer esportes e cultura • Melhorar a qualidade de participação das pessoas para que não se mobilizou apenas para interesses pessoais 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de espaços públicos para lazer, esportes e cultura • Formação de rede de articulação local.
REGIÃO:VILA MARIA/VILA GUILHERME	
EIXO 1-PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTES.	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento médico ruim nos equipamentos públicos de saúde • Descrédito dos governos 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar dos Conselhos Gestores e cobrar do poder público um melhor atendimento • Articular "redes" Fóruns de participação (poder público e sociedade civil) • Fortalecer os fóruns da criança coo articuladores locais.
EIXO 2-A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO D ORÇAMENTO PÚBLICO.	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Descrédito dos governos e d poder público • População conhecer o que são e fazem os NSE, as escolas, os fóruns 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de "redes" que articulem localmente os órgãos públicos e ONG's e população. • Propor às instituições que se abram e busquem contato com a comunidade para divulgarem o que fazem • Fortalecer os fóruns da criança como articulares locais.
EIXO 3- A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROGRAMAÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA REGIONAL	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade de participação das pessoas para que não se mobilizem apenas para interesses pessoais, individuais. • Criar espaços de cultura local e formação familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir um currículo de cidadania no currículo das escolas. • Formação de "redes" de articulações locais • Propostas de abertura das escolas e outros espaços públicos nos finais de semana • Fortalecer os Fóruns da criança como articuladores locais.

REGIÃO: SANTANA / TUCURUVI

EIXO 1- O PAPEL DA SOCIEDADE E DO ESTADO NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE UMA POLÍTICA PARA CRIANÇA E O ADOLESCENTE.	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar a infra-estrutura . • Definição de Políticas Públicas mais permanentes e não Políticas do governo • Investimento em equipamentos/serviços que trabalhem de acordo com as diretrizes dadas pela junção do poder Público e da Sociedade civil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na qualidade da troca de informações entre representantes da Sociedade civil e entre estes e o poder público. • Criação de associações de bairro e garantia de divulgação de suas ações ao maior número possível de cidadãos. • Garantia da democracia participativa, ou seja, poder público e sociedade discutindo ações e políticas de melhoria. A democracia participativa pressupõe quebra de passividade em relação à discussão, controle e efetivação na execução de políticas públicas. • Maior participação de crianças e adolescentes em comissões, conferências, fóruns, etc. • Sensibilização dos cidadãos na participação e inserção nos segmentos sociais para a busca de seus direitos.
EIXO 2 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Investimento em publicidade. • Garantia de fiscalização e avaliação efetivas da execução das políticas públicas. • Garantia de continuidade. • 	<ul style="list-style-type: none"> • A efetivação de canais de participação, criação de grupos para monitoramentos de propostas discutidas em fóruns, congressos, etc. • Maior divulgação para a participação social, elaboração, Acompanhamento e fiscalização do orçamento público • Garantia de continuidade das Políticas Públicas eficazes, independente das mudanças de governo. • Criação de mecanismos de participação, fiscalização e avaliação de políticas Públicas e dos serviços, através de comissões, conselhos de representantes.
EIXO 3 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA REGIONAL	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Participação de jovens e crianças em projetos que garantam seus direitos. • Adequação dos espaços físicos para crianças e adolescentes com necessidades especiais. • Acesso aos serviços, projetos e políticas a toda criança e jovem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da diversidade cultural • Qualificação de profissionais para o trabalho cor crianças e jovens • Construção de áreas de lazer. • Garantia de continuidade de políticas públicas eficazes como direito dos cidadãos • Garantia do direito de expressão da criança e do adolescente, nos segmentos: educação, saúde, lazer, meio social, família.

EIXO 1 - O PAPEL DA SOCIEDADE E DO ESTADO NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE UMA POLÍTICA PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Violência infanto juvenil estrutural e doméstica. • Entidades Sociais fortalecidas, trabalho e intersecretarial – Centro de Referência. • Falta lazer, cultura e esporte para diminuir e prevenir a ociosidade • Falta de formação específica sobre o E.C.A. • Falta de vaga em creche. • Formação para a Comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer com que MP e o CT tomem providências rápidas; que o infrator saia da casa e não a criança. • Ampliar os Céus e Centros esportivos com atividades • Formação sistemática com profissionais da educação, cursos, oficinas nas redes oficiais de ensino, podendo ser utilizado os CEUS e Comunidades. • Creche • União de Vila Nova necessita de creches • Os Ambulatórios de Saúde devem ter atendimento especializado para as crianças e adolescente (odontológicos, mental e etc.) • Formação sistemática através de oficinas para conhecimento da população • Contribuir para a formulação das políticas de Assistência Social, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, estabelecendo intercâmbio com órgãos do governo estadual e organizações não governamentais; com isso evita-se a paralelismo, desperdício e superposição entre programas de origens diversas. As políticas de assistência social se viabilizarão, inclusive, através de implantação, no município, dos programas previstos no Artigo 90 do ECA; • Programas de proteção para as crianças e adolescentes ameaçados ou violadas em seus direitos; • Programas sócio-educativos para adolescentes que violam direitos alheios. • Participar da elaboração da lei do orçamento do município, verificando se o percentual de dotação orçamentária, destinado a efetivação das políticas básicas para a infância e adolescência, leva em conta o princípio Constitucional da prioridade absoluta; • Administrar o Fundo para a Infância e Adolescência, destinado a financiar programas de proteção e sócio educativos, atividades de formação de conselheiros e de comunicação com a sociedade; • Controlar a execução das políticas para a infância e adolescência, tomando providências administrativas quando o Município ou o Estado não estiverem oferecendo os serviços necessários (ou seja, sempre que estiver ocorrendo desvio entre as ações do governo e as normas do ECA). Caso as providências administrativas não funcionem, acionar o Ministério Público; • Estabelecer normas para o registro de entidades governamentais e não

	<p>governamentais que executam programas de proteção e sócio educativos, verificando áreas onde existe excesso ou falta de programas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar os direitos das crianças e dos adolescentes e os mecanismos de exigibilidade destes direitos. • Presidir o processo de escolha dos Conselhos Tutelares; • Formular e controlar políticas para a infância e adolescente, participar da elaboração do Orçamento, administrar o fundo para a infância e adolescente, algumas das tarefas que o governo e sociedade devem desempenhar juntos; • A lei que irá dizer como o ECA, será aplicado no Município deve ser produto de ampla mobilização, envolvendo todas as organizações existentes no Município; • A formulação de políticas é estabelecer o que será feito em relação as crianças e adolescentes do Município; • Formular políticas é estabelecer - o que será feito, Quando, Como, Com quanto e Com o que • O Orçamento Municipal não é apenas técnico, mas também ético, pois reflete os reais valores de uma comunidade e a sua disposição para colocá-los em prática. E ainda, político, pois exprime a correlação de forças existentes na sociedade
--	---

EIXO 2 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO.

DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Educação • Assistência • Esporte / Lazer • Cultura • Segurança • Modelo de Democracia Participativa • Estruturação dos Conselhos Tutelares • Estruturação dos Conselhos Tutelares • Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de educadores à luz do ECA em parceria com o CMDCA • Construção de CEIs /EMEI's • Transformar as aulas de religião em aulas de cidadania • *Espaços e discussão para alunos especiais. • *Espaços e Convênios profissionalizantes. • Ampliação do ATENDE (programa) • Ampliação dos Programas Sociais. • Efetivação e continuidade do Parque Ecológico do Jardim Helena e Itaim Paulista. • Disponibilizar áreas para espaços de lazer e esportes • Efetuar convênios. • Construção – Casas de Cultura na Vila Maria e União de Vila Nova • Casa de Cultura de São Miguel – estruturar-

	<p>se para levar oficina aos bairros.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior segurança nas áreas de lazer e escolas com a GCM. • Plenárias de prestação de contas descentralizadas pelo CMDCA • Conselho Tutelar – elaborar o diagnóstico, destacar as prioridades regionais e prestação de contas • Instalar os Conselhos de Subprefeitura • Estimular a participação nos conselhos existentes. • Transporte • Aluguel de espaço C. T. Jd. Helena • Mobiliário • Efetivar o uso da verba destinada ao Conselho • Formação dos Conselheiros. • Acelerar a construção da UBS Parque Paulistano • Políticas específicas de saúde para adolescente
--	---

EIXO 3 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA REGIONAL

<p>DESAFIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distribuição do leite especial para gestante e bebê • Qualificação voltada para o atendimento de criança e adolescente na área da saúde (médico para adolescente) – Centro de Referência para adolescente • Descentralização do registro das entidades (COMAS – SAS) • (CMDCA – Conselho Tutelar) • Envolvimento da Mídia na divulgação dos trabalhos em defesa da criança e do adolescente 	<p>PROPOSTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento Regional para crianças e adolescentes gestantes • Garantir a inclusão nas grades curriculares (um pensar pedagógico e jurídico). Quanto aos temas da participação social na promoção da igualdade e valorização das diversidades. Incluir na grade escolar: gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional • Com capacitação constante aos educadores e maior interação entre comunidade / pais / escola • Obrigatoriedade de formação nas diretrizes do ECA para todos os profissionais que trabalham com criança e adolescente. • Melhoria e adaptação na estrutura física das instituições para o atendimento de criança e adolescente com necessidades especiais • Elaboração do ECA em uma linguagem popular. • Ampliação das campanhas informativas e educativas em rede. • Criação de comissões específicas dentro do CMDCA, com participação das entidades sociais para debates e elaboração de políticas públicas. • Promoção de seminários regionalizados sobre o ECA.
--	---

REGIÃO: SAPOEMBA

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Oficina de Saúde	
<p>Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com a prevenção da população efetivando o Programa Saúde da família • Divulgar quando ocorre as reuniões /cronograma do plano diretor 	<p>Propostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levar orientações sobre promoção de Saúde em rede • Capacitação dos profissionais da área
Oficina de Educação	
<p>Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a realidade local • Investimento no atendimento referente à educação infantil • Adequação qualidade x quantidade • Garantir qualidade de ensino • Inclusão plena(PNE) • Ouvir a comunidade • Garantir os espaços pedagógicos para a comunidade 	<p>Propostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização da comunidade • Formação de professores • Participação dos pais na escola com poder de decisão • Estudar ou viabilizar escolas fechadas para possível atendimento de educação infantil • Socializar agenda de reuniões que tratem sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes para que todos possam participar
Oficina de Esporte, Cultura ,e Lazer.	
<p>Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização das pessoas pelo interesse à cultura. • Mais projetos culturais. • Melhoria da qualidade de ensino das aulas de educação física. 	<p>Propostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação e ampliação da rede das organizações culturais. • Mapeamento e fortalecimento das organizações. • Cursos profissionalizantes na área de cultura, esporte e lazer • Promover amostras culturais regionais.
Oficina de Moradia	
<p>Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conquista de moradia na nossa própria região. 	<p>Propostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compra de terra na nossa região. • Mais programas Sociais • Passeatas e abaixo assinado para mobilizar a população
Oficina de Violência	
<p>Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a incidência da violência policial e a abordagem de nossas crianças e adolescentes • Atendimento qualificado do Poder Público e entidades da região aos casos de violência doméstica, pois são situações muito delicadas e não podem ser tratadas de qualquer maneira 	<p>Propostas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar o modelo de policiamento comunitário, pois a polícia que temos hoje é repressiva a tal ponto que a população teme mais a polícia do que os próprios traficantes • Criar uma rede de atendimento psicológico na região , pois a demanda por psicólogos é muito grande, implantar a Delegacia da Mulher , programas sociais que trabalhem com a família em todo o seu contexto, programas de geração de renda

Oficina de Convivência Familiar	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a realidade das famílias atendidas e como os conflitos se estabelecem Sociedade Civil deve se apropriar dos espaços públicos, acompanhar e opinar nas decisões. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a aproximação da família com a rede de atendimento à criança e adolescente. Promover grupos de orientação para serem discutidos temas que auxiliem a compreender o universo e responsabilidade da família Socializar agenda de reuniões que tratem sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes para que todos possam participar.
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Oficina de Saúde	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Efetivar a democracia participativa, pois o que temos hoje é uma democracia camuflada Aparelhar o conselho Tutelar de Sapopemba, pois o mesmo não tem infra-estrutura para atender a população com o mínimo de dignidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Acatar as decisões que forem tomadas, criando grupos de fiscalização nos espaços de tomadas de decisões Cobrar da sub-prefeitura um carro descecente para o Conselho tutelar e uma sede adequada para os seus fins. Manter conversa com poder judiciário da região para que as penas alternativas sejam encaminhadas ao conselho tutelar
Oficina de Educação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer o que é PPA, LOA, LDA Participação efetivadas leis orçamentárias Lutar para garantir verbas 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização da comunidade, associações e parlamentares para a garantia de verbas. Acompanhar execução de recursos.
Oficina de Esporte, Cultura e Lazer.	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Despertar mais interesse por parte da população e o governo. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação e divulgação do site do orçamento. Que os diretores de escola se interessem e discutam o assunto dentro a escola. Que haja participação da sociedade na elaboração do orçamento.
Oficina de Moradia	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Evitar moradias em áreas de risco Mobilizar a população para participação Conhecer e multiplicar leis orçamentárias 	<ul style="list-style-type: none"> Mais infra-estrutura Participar das reuniões da Secretaria da Habitação (quanto do orçamento está destinado para cada região) Propostas das demandas do orçamento (como deve ser gasto esse dinheiro)

Oficina de Violência	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Efetivar a democracia participativa, pois o que temos hoje é uma democracia camuflada. Aparelhar o Conselho Tutelar de Sapopemba, pois o mesmo não tem infra-estrutura para atender a população com dignidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Acatar as decisões que forem tomadas, criando grupos de fiscalização nos espaços de tomadas de decisões. Cobrar da sub-prefeitura um carro descecente para o Conselho tutelar e uma sede adequada para seus fins. Manter conversa com o Poder Judiciário da Região para que as penas alternativas sejam encaminhadas ao conselho Tutelar
Oficina de Convivência Familiar	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar a comunidade nas discussões e decisões Articular uma militância com o maior número de membros possíveis sem perder a qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> Promover encontros que atraiam a comunidade e a mobilize Cobrar a responsabilidade dos conselhos gestores das políticas públicas. Propor um atendimento que veja a crianças como parte integrante de um processo complexo
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Oficina de EDUCAÇÃO	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Adequação de currículos escolares a realidade da comunidade. Ir além dos muros das escolas. Respeitar as desigualdades. 	<ul style="list-style-type: none"> Formação continuada de acordo com a realidade local. Promover a integração escola-comunidade
Oficina de Moradia	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Programa habitacional que inclui a criança e adolescente com deficiência Construção de rampa, elevadores nas escolas e nos postos de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Eleger o conselho de Habitação Fazer com que participem da comunidade e vejam a realidade de cada um Participar das reuniões da Secretaria (acessibilidade) Garantir estacionamento assim como orlhões de fácil acesso
Oficina de Convivência Familiar	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Mudanças de paradigmas existente no núcleo familiar e social Trabalho em rede com a família, escola, conselho tutelar e poder público 	<ul style="list-style-type: none"> Dissolver conceitos pré-estabelecidos pela sociedade. As reais responsabilidades e autonomia de cada um sejam divulgadas e acompanhadas por todos.
Oficina de Esporte Cultura e Lazer	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Vencer as diferenças. 	<ul style="list-style-type: none"> Programas de televisão educativos sobre sexualidade. Preparação e capacitação para que em todos os órgãos públicos existam pessoas preparadas para atender.

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Oficina de Direito a Vida e Saúde

Desafios	Propostas
<p><i>#ZOUAR</i> <i>OFICINA</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> Garantir diagnóstico de anemia falciforme ao nascer Propor políticas integradas entre as instituições públicas e privadas (escola/saúde/conselho tutelar/vara de infância) com o objetivo de ampliar e sustentar os direitos da criança e do adolescente (ex. participação efetiva de representantes da instituição pública nos conselhos, fóruns, etc...) Proposições locais para estas garantias Oficializar os fóruns com representatividade do poder público e da sociedade civil Implementar aonde não tiver, a "Casa da Mulher" através do poder público e que acolha também a criança com a mãe, nos casos de necessidade de abrigo Garantir o atendimento de equipe multiprofissional nas Unidades de Saúde para atender as necessidades dos adolescentes especificamente.

Oficina de Convivência Familiar e Comunitária

Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Propor adequação do conceito de família no ECA de acordo com o novo contexto histórico mundial (vínculos, cuidados e sentido de pertencimento) Assegurar que todos que fazem interação com Adolescentes considerem-se responsáveis pela formação (família, vizinho, comunidade, escola, igreja, clubes)

Oficina de Esporte, Cultura e Lazer.

Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o número de equipamentos educacionais (CEI, EMEI, EMEF e Profissionalizante) Melhorar a qualificação dos profissionais a educação Resgatar e incentivar a cultura popular Criar áreas de lazer nas periferias (quadras poliesportivas, praças e parques) Garantir que os equipamentos educacionais e culturais tenham todos

PROPOSTAS de 2.005

2

Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> os profissionais necessários para seu funcionamento adequado Propor eventos de ruas como shows e reativar os circos Reavaliar os projetos da escola da família, implantando os campeonatos internos e externos Propor melhor divulgação dos direitos do ECA, garantindo a cidadania do adolescente e da criança Completar o quadro de profissionais de Educação nas escolas Resgatar a Casa da Mulher – Grajaú

Oficina de Profissionalização e proteção no trabalho

Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Implementar pelo poder público centros de convivência que contemplem: saúde, lazer, iniciação profissional, cultura, esporte na perspectiva da melhor qualidade de vida, promoção e resgate da cidadania Propor a inserção com estágios remunerados aos adolescentes/estudantes, nas empresas públicas, principalmente no caso do adolescente em regime de medias de proteção (L.A) Ampliar acesso aos telecentros

Oficina de Responsabilidade do poder público e definição das políticas públicas

Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Articular e fortalecer os fóruns de defesa da criança e adolescente Formação dos Conselheiros Tutelares no início e durante a Gestão Criação de mais um conselho tutelar no DA do Grajaú, considerando a densidade populacional (aproximadamente 450.000h) Efetivação de políticas públicas na área de saúde, educação, lazer, cultura, moradia e trabalho (saneamento, asfalto, etc.)

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Oficina de Responsabilidade do poder público e definição das políticas públicas

Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Implementação da fiscalização efetiva as entidades como consta no ECA

Oficina de Direito a Vida e SAÚDE

Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Instituir a disciplina "Temas Transversais" que irão trabalhar : Saúde, ECA, Religião, Abordagem da ética, raça, etnia, etc.

Oficina de Liberdade, Respeito e Dignidade

Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o direito a liberdade, dignidade e respeito Fortalecer a participação da sociedade nos fóruns Cobrar a efetiva participação do poder público no cumprimento das leis

SER + OBJETIVO

O QUE, AONDE?

QUANDO?

QUEM?

ESTABELEÇER

PRazos / RESPONSÁVEL

2.007

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Propostas CULTURA, ESPORTE E LAZER

Criação de um plano nas escolas contando estórias da região e do bairro, da região a partir do bairro.

Criar espaços de discussões com base em filmes, reportagem, vídeos e som para a construção e interpretação de textos. Espaços, escolas, centros culturais.

Criação de um Centro da Juventude

Incentivar a prática de teatro como cultura, em grupos, para montagem de peças e representação em escolas e outros espaços culturais

Divulgar nos espaços públicos o estatuto da criança e do adolescente, através de peças teatrais e outras formas

Em todas estas propostas anteriores estão inseridas as oficinas de cultura, esporte e lazer

Fiscalização e criação de espaços de esporte e lazer nas regiões dos bairros

Formatar propostas de uso de espaços públicos de escolas, praças, CÉUS e outras de atividades de esporte, cultura e lazer

Campeonatos esportivos, festivais, saraus

MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS

Geração de emprego / renda para adultos

Criar espaços para adolescentes discutirem Política

Criar encontros regionais (UPP) para discussão pública

Criar plano pedagógico na escola que aborde e se aproxime do cotidiano das crianças e adolescentes

Elaborar plano de aulas sobre Política

Municipalização das medidas sócio-educativas

Extinção da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM)

Garantia de recursos financeiros para a municipalização

Construção de espaços de lazer

Criação e investimentos de meios alternativos de informação

Criação de cooperativas de reciclagem na região

CONSELHOS DOS DIREITOS

Que a prefeitura fosse dividida em áreas (UPPs) e que em cada área (UPPs) acontecessem encontros para melhor conhecimento e acesso a saúde, educação, cultura e debater as necessidades com conferências em cada região

Mais divulgação dos conselhos tutelares, sua localização e quem são seus representantes

O conselho tutelar deve interagir melhor com os grêmios das escolas, entidades sociais e locais públicos para tentar fortalecer o trabalho dos mesmo

SAÚDE

Promover cursos e palestras sobre alimentação adequada para a saúde das crianças e dos adolescentes

Que se crie ação concreta para intensificar o vínculo dos adolescentes e profissionais de saúde

Maior divulgação dos trabalhos das UBS, maior atenção na hora de fazer o encaminhamento dos pacientes para não perder o contato com os casos e os mesmos não se concretizarem

Qualificação de pessoas da comunidade para atendimento em projetos de saúde

Reconhecer e contribuir com as ações concretas de saúde nas áreas de risco, com base na desnutrição materno infantil e sexualidade

PROTEÇÃO ESPECIAL

Criação de espaços e fóruns para discussão do ECA nas comunidades para apreensão e conhecimento do seu conteúdo

Fóruns de defesa e direitos das crianças e adolescentes nas comunidades

Abrir espaços nas escolas para discussão do ECA

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ampliação de vagas e núcleos do Projeto Agente Jovem

Ampliação do centro de defesa da criança e do adolescente (CEDECA) na região abrangendo os dois distritos

Implementação de serviços que atendam adolescentes em medidas sócio-educativa e executem oficinas

Implantação de núcleos sócio-educativos

Cursos profissionalizantes para adolescentes e jovens

Centro de defesa da mulher no Jardim São Luiz

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Abertura de salas de informática das escolas para a população

Mudança na didática no ensino (aulas mais práticas), capacitação para professores

Uma rádio comunitária para a região

Cursos profissionalizantes para os jovens

Criação de um fórum para discutir o desenvolvimento local, reunindo o poder público, sociedade civil e empresas locais

EDUCAÇÃO

Construção de creches

Maior capacitação dos professores com cursos/oficinas

Desconto das faltas do professor como forma de punição

Observatório da educação: criação de fórum na internet onde aluno e professores possam relacionar-se para discutir essa temática e levantar propostas de solução

Construir escolas públicas com o mesmo padrão das escolas particulares

Ter em todas as escolas salas ambiente

Volta do PROED que ajudaria na formação dos alunos (trabalho de conscientização realizado pelos policiais da região nas escolas, sala a sala)

Criação de espaços sociais para pessoas de baixa renda

Olimpíadas entre escolas de São Paulo com o objetivo de trazer incentivo aos alunos e professores

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Volta de implementação eficaz do Orçamento Participativo de informação

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Implantação de núcleos de apoio aos portadores de deficiência

REGIÃO: CAMPO LIMPO

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none">enquanto cidadão cobranças e fiscalização das leis existentes	<ul style="list-style-type: none">Ter conhecimento das leis e dos representantes regionais (associação amigos de bairro, escola etc
<ul style="list-style-type: none">estreitar relações entre as instituições governamentais e não-governamentais (escola, conselho tutelar, ONGS...)	<ul style="list-style-type: none">promover fóruns, encontros, sim-pósios com todos os representantes e ampliando informações e relações entre as entidades
<ul style="list-style-type: none">inserir efetivamente o conhecimento do ECA entre professores, alunos e sociedade em geral;	<ul style="list-style-type: none">Dentro do planejamento da escola, garantir momentos de leitura, e discussão; estar levando para escola profissionais especializados para depoimentos e resolução de problemas e dúvidas;
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none">estrutura do poder público é muito burocrática;	<ul style="list-style-type: none">poder público deve promover mais discussões das verbas e como utiliza-lavoltar o orçamento participativo e o "P. criança, nas escolas
<ul style="list-style-type: none">organização da população a construir grêmios livres, ONG's, associações, enfim a sociedade civil deve estar organizada	<ul style="list-style-type: none">incentivar a participação nos debates, promover fóruns, chamar a participação da iniciativa privada.
<ul style="list-style-type: none">divulgação dos direitos e das	<ul style="list-style-type: none">conselho tutelar fazer trabalho junto

legislações pelo conselho tutelares	a Educom rádio; participar nas reuniões de pais e conselhos de escolas; • ampliação dos conselhos e conselheiros tutelares
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Desafios	Propostas
Raça:	
<ul style="list-style-type: none"> há valores preconceituosas ainda impregnados em alguns educadores em relação à etnia negra 	<ul style="list-style-type: none"> capacitação constante dos educadores em relação à etnia e cultura negra. leitura de bibliografia pertinente à questão. discussão em pequenos grupos nas instituições para a superação do problema. ampliar a discussão para a comunidade para atingir inclusive as famílias. valorização através de eventos da cultura negra
Gênero:	
<ul style="list-style-type: none"> Há um grande número de crianças e adolescentes trabalhadoras que deixam de estudar para ajudar a família ou que são seduzidas pelo consumismo integrado pela mídia. Erradicação da prostituição infantil; pedofilia e abusos sexual. 	<ul style="list-style-type: none"> ampliação dos programas de erradicação do trabalho infantil e fiscalização efetiva dos projetos. aumentar o número de órgãos e conselheiros tutelares por região para atender as demandas da comunidade. incentivo às parcerias entre conselhos, escolas, ONG's para a discussão e encaminhamento dos problemas relativos aos temas acima mencionados.
Deficiência:	
<ul style="list-style-type: none"> Despreparo físico dos prédios para o acolhimento das crianças/adolescentes portadores de deficiências Despreparo dos educadores 	<ul style="list-style-type: none"> capacitação efetiva de educadores para lidar com deficiência físicas, visuais, auditivas e mentais. parceria com atendimento especializado nas escolas e instituições nas várias deficiências para melhor atender crianças/adolescentes com necessidades especiais.
Orientação sexual:	
<ul style="list-style-type: none"> Discriminação explícita por parte de educadores, alunos, famílias e sociedade em geral dos homossexuais 	<ul style="list-style-type: none"> investimento na formação de educadores para lidar com as questões sobre orientação sexual
Procedência regional:	
<ul style="list-style-type: none"> Ainda existe muito preconceito às pessoas provenientes de algumas regiões do país, principalmente do nordeste. 	<ul style="list-style-type: none"> promoção de eventos culturais que promovam cultura regional e o diálogo entre as diversas culturas

REGIÃO: SÃO MATEUS

EIXO 1 - PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Saúde e Alimentação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de entendimento do educador (saúde/alimentação) do controle das políticas públicas; Dificuldade do poder público e da sociedade civil na atuação dos Conselhos Gestores; Ter representantes de pessoas que defendam as crianças e adolescentes nos Conselhos Gestores; Fóruns de Discussões das prioridades da criança e do adolescente na implementação das políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação dos educadores (saúde, educação) para o controle das políticas públicas; Capacitação dos Conselhos Gestores para melhorar a atuação; Eleger representantes que defendam os projetos e programas voltados para as crianças e os adolescentes; Orçamento Participativo.
Esporte e Lazer	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamento e ações desenvolvidas pelo poder público e organizações na região de São Mateus; Implementação de ruas de lazer na região; Diagnóstico da região sobre modalidades esportivas a serem implementadas (rede pública de ensino e ONG's); Programa para crianças na área de esportes (auxiliar o desenvolvimento físico e regras); Maior divulgação do Programa Escola da Família e Escola Aberta, com inserção de atividades lúdicas para crianças; Estruturação dos CDM's da região para desenvolverem atividades/esportivas durante a semana.
Profissionalização	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Articular rede entre as organizações sociais; 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma rede em prol da profissionalização; Parcerias; Formação para os educadores; Capacitação técnica e humana; Criação de uma agenda de encontros; Debate pela garantia dos direitos; Conclusão da escola técnica que já foi iniciada a construção (FATEC na região de SM); Articulação dos centros de profissionalização e rede para contemplar a central de recolocação (estrutura estabelecida como ponto entre jovens e mercado de trabalho); Nestas escolas técnicas que fossem pensadas a inclusão de adolescentes e crianças portadores de necessidades especiais;

Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Garantir a permanência de todas as crianças no espaço escolar (mesmo sendo jovens encaminhados pela REDE - Conselho Tutela, CEDECA, etc); Garantir oportunidade e participação dos pais nas reuniões ou em outras atividades desenvolvidas em outros espaços; Discutir educação em outros espaços. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover momentos de troca de experiência entre as diversas representações (ONG's, rede municipal, estadual e privada); Criar currículos flexíveis que possibilite a diversidade; Promover encontros com a sociedade civil, ONG's, representantes do governo local para discutir: flexibilidade de currículos, eleição do conselho de escola, espaços de cultura e conhecimento e fórum de educação;
Maioridade Penal e Maioridade Penal	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação de discussões do tema na sociedade; A necessidade de investimento em Políticas Públicas como contraponto à ideia de tratar o tema como "questão de política" Maior controle sobre a mídia no sentido da divulgação dos direitos das crianças e adolescentes consagrados no ECA; Defesa de um Projeto Político Pedagógico que contemple o ECA, entre outras legislações sociais, permitindo que as escolas cumpram seu papel de inclusão das crianças e adolescentes; Pressionar o judiciário para que acabe com a aplicação cumulativa de medidas sócio educativas; Desmistificar a representação dos LAS nas escolas; Garantir unidades com capacidade máxima de 40 adolescentes com propostas pedagógicas;
Erradicação do Trabalho Infantil	
Desafios	Propostas
	<ul style="list-style-type: none"> Campanha de conscientização na sociedade; Garantir uma política de atendimento com famílias; Formação de uma rede articulada de proteção social; Garantir uma política de atendimento as famílias.
Discriminação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Construção de CEI, NSE, Escolas, EMEI's e Cursos Profissionalizantes preparados para incluir os deficientes; Maior participação das famílias nos projetos; Participação dos adolescentes na escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização da população para a mobilização nos movimentos para cobrar o poder público; Incentivar os adolescentes e as crianças para convidarem seus familiares para participarem das atividades na comunidade, reuniões e movimentos; Os adolescentes dos projetos "recebam" formações para estimular os demais adolescentes a participarem dos projetos.
Violência e Família	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Há famílias que também enfrentam problemas como droga e álcool; Abuso de autoridade dos policiais; As famílias em situação de risco de moradia precisam de uma garantia maior do que educação, emprego e oportunidade, que haja programas e projetos para inclusão; 	<ul style="list-style-type: none"> O Estado prevenir as famílias com educação, alimentação, lazer, cultura e trabalho; Cobrar iluminação nas ruas, vielas e nos pontos do nosso bairro o qual somos mais expostos; Ter grupos de apoio ao adolescente e ao adulto com estímulo à auto-estima; Ter Escolas com mais recursos de aulas, dança, cultura, línguas e canto, para o incentivo a criatividade; Dar maior atenção as famílias e montar programas de descoberta de talentos; Para os adolescentes ameaçados de morte, ter um programa específico para eles (reativar o programa de proteção à ameaças de morte); Investir na solução de desemprego das famílias; Que programas de atendimento às famílias proporcionem alternativas de geração de renda; Para as famílias em situação de risco de moradia propor política de programas e projetos de atendimento de inclusão dessas famílias.
Divulgação do ECA	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Não há rede de atendimento nem políticas públicas (educação, saúde e etc); Conscientização; Direitos Violados; Falta de participação da comunidade e família. 	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de estudo e debate sobre o ECA; Conselho Tutelar: fiscalização e formação nos núcleos; Matérias nas escolas sobre o ECA; Meios de Comunicação; Conscientização da família para levar informações para as crianças e adolescentes; Camisetas e Grafiteagem; Conselhos Tutelares com materiais específicos nas Via Sacras; Fazer um filme que trate sobre as questões do ECA; Formação Lúdica sobre o ECA para as crianças; Interferência do Conselho no Orçamento.

	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer os movimentos de moradia; Um plano urgente para as favelas e cortiços; Estado de garantir uma moradia que não venha envergonhar a criança e o adolescente
Protagonismo Juvenil	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Os adolescentes precisam dialogar, conversar, ouvir, opinar, emitir e defender suas idéias, criticar e propor num clima de compreensão, afeto e respeito. 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração do Estatuto do Fórum DCA de São Mateus criando uma cadeira em sua coordenação para participação de um jovem, criando também uma comissão de jovens; Organização e constituição em Fórum Regional de Juventude com foco prioritário de 15 a 25 anos; Alteração da Lei 11.123 para criação de comissões regionais do CMDCA garantindo uma cadeira em sua coordenação para no mínimo um jovem; Que tenha uma cadeira para titular e suplente para um jovem no seu modelo; Que a própria Lei criasse uma comissão regional do Conselho e que um representante seja jovem (orçamento participativo); Resgatar e aprimorar o Orçamento Participativo Criança enquanto oportunidade de protagonismo juvenil para definição do orçamento; Realização de Conferências Lúdicas Nacionais;
EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Saúde e Alimentação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Os conselhos tutelares ter conhecimento do orçamento público das subprefeitura no que se refere a programas e projetos ligados a criança e ao adolescente; Prestação de contas da subprefeitura do orçamento público criança e adolescente à população. 	<ul style="list-style-type: none"> O controle dos conselhos tutelares no orçamento público dos projetos e programas da criança e adolescente todas as subprefeituras; Prestação de contas da subprefeitura e conselhos tutelares do orçamento público = gastos e prioridades da criança e adolescente à população e entidades da região.
Cultura e Educação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Na participação ativa; Informação; Comunicação; Recursos a serem utilizados; Pedagógico e financeiro; Inverter a lógica do gasto público no Brasil priorizando a área social e colocando em 2º plano o pagamento dos juros e das dívidas; 	<ul style="list-style-type: none"> Fazer formação com grupos específicos (crianças, adolescentes e educadores), em espaços de CEUS's, escolas, ONG's; Juntar os grupos específicos e fazer um vínculo de Idéias; Tirar uma comissão para participar em nível de Estado e repassar aos grupos específicos; Oficinas que possam discutir o PPA,

	<p>LDO e LOA;</p> <ul style="list-style-type: none"> Com o Conselho Tutelar uma formação e informação sobre o que é Conselho Tutelar, o ECA e aumento de verba para a educação; Cumprir o estabelecido inicialmente no plano nacional de educação para que se invistam, em médio prazo 10% do PIB na educação; Que a proposta de emenda constitucional que cria o FUNDEF inclua a educação infantil de crianças de 0 a 3 anos;
Discriminação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Mais ciência da população sobre o que é possível para os projetos e atividades; Elaboração de novos projetos 	<ul style="list-style-type: none"> "Cobrar" o Conselho Tutelar e estar informando a população e participar mais da organização de políticas públicas; Maior atuação do Conselho Tutelar junto à população.
EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
Saúde e Alimentação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Falta de clareza e entendimento sobre discriminação; Falta de consciência sobre a discriminação. 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas públicas voltadas ao controle, informação e formação de discriminação; Conscientização e discussão nos conselhos e fóruns a respeito de discriminação de gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional da criança e do adolescente.
Cultura e Educação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Informação e Participação; Ampliar o acesso da população negra na universidade e no mercado de trabalho; Valorização da cultura negra e da periferia; Trabalhar a inclusão e combater o preconceito; Falta de cidadania na escola; 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer cotas e criar mecanismos que garantam a permanência na Universidade; Formar educadores para trabalharem com deficientes; Formar educadores para trabalharem com a inclusão na escola e combater o preconceito de discriminação; Implantar efetivamente a biblioteca afro nas escolas; Ampliar o Serviço de Apoio e Acompanhamento da Inclusão; Apoiar os programas do Ministério da Cultura de valorização das atividades do movimento GLBT; CEFAL inaugurado em 30 de dezembro de 2004 na região de SM; Formação de professores para inclusão e que se repensassem o modelo de escola que temos hoje e que a escola seja preparada para inclusão; Seminários regionais para discussão de educação inclusiva; Atendimento integral para criança do CEU e que esta política seja ampliada para outras crianças também; São Paulo é uma Escola é um projeto que segue essa linha integrando crianças que não estudam nos CEU's; Melhorar a articulação entre escola, saúde e atendimento da criança do adolescente; (assistência social) Prever capacitação também para os jovens no Programa de Educação Inclusiva; Construção de um fórum de educação na região, começar implementar este fórum a partir do presentes hoje aqui nest Conferência; Mobilização para Discussões sobre Passe Livre - que é para estudante e pessoas desempregadas; Que hoje já saia representantes para o fórum de educação.
Discriminação	
Desafios	Propostas
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o preparo profissional 	<ul style="list-style-type: none"> Mais formação para os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes. Principalmente a inclusão de necessidades especiais.

Uma vez que a Comissão Organizadora não identificou as propostas referentes à respectiva Conferência Lúdica e Convencional, consideramos que as propostas apresentadas contemplaram ambos os segmentos das regiões abaixo apresentadas

REGIÃO: BUTANTA

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Propostas SAÚDE

Atendimento de adolescentes, independente da presença dos pais ou responsáveis, em caso de emergência.

Profissionais melhores preparados/treinados.

Simplificação na burocracia do atendimento.

Garantir o pré-atendimento para que seja feito um encaminhamento para consulta.

Maior número de profissionais por unidade.

Melhor distribuição dos profissionais por unidade.

Divulgação e incentivo à participação da comunidade no conselho gestor da unidade de saúde.

A unidade de saúde tem que dinamizar a chegada de remédios que estão em falta.

Maior investimento na qualificação dos profissionais e na qualidade do atendimento.

Melhor direcionamento da verba para setores mais necessitados.

Melhoria na direção da unidade de saúde. Maior comprometimento.

Garantia de sigilo na consultas.

Acolhimento independente da área de abrangência.

Pessoas de referência qualificadas nas unidades para fazer acolhimento.

Mobilização da comunidade contra o mau serviço hospitalar.

Maior interação entre o público e o privado, onde este ajudaria o primeiro, melhorando assim o atendimento às pessoas que não têm condições financeiras.

Criação de carteirinhas para diminuir a burocracia dos formulários nos hospitais.

Informatização do sistema de atendimento.

Menos filas nos postos de saúde, mais remédios, médicos especializados, tratamento dentário

Mais hospitais no Butantã

Mais informação sobre o ECA para conscientizar a população em escolas e espaços públicos.

Propostas MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS E MERCADO DE TRABALHO:

a falta de oportunidades e o descrédito da sociedade na recuperação do adolescente infrator

Integrar os QPs da região BT com as empresas regionais formando a rede social de empregabilidade /geração de renda.

Viabilização de profissionalização e escolaridade (diferentes níveis)

Intensificar projetos de escolaridade efetiva; motivadora e de qualidade

Investimentos em formação de cooperativas para geração de renda

Vincular projetos sociais governo/empresas em parcerias para o jovem aprendiz

Cursos profissionalizantes por região em parceria com empresas como futuro mercado de trabalho.

Viabilização de informações entre os jovens da febem para estes terem conhecimento dos seus direitos.

Formar grupos para fazer palestras em entidades diante do tema em escolas, grêmios estudantis, entre outras entidades governamentais e não-governamentais. Com o acesso garantido

As unidades escolares da rede pública, ofereçam cursos de informática com profissionais qualificados

Que as agências de empregos sejam credenciadas, e obrigadas a não exigir profissionalização de jovens entre 18 e 21 anos.

Unir as classes sócio-econômicas em eventos, palestras.

Que a criança e adolescente ganhe o E.C.A. na escola e tenha espaço garantido para discussão do mesmo.

Assim que um adolescente em conflito com a lei for encaminhado para a FEBEM ele ganhará um Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A.) para facilitar que ele saiba dos seus direitos e deveres individuais e coletivos.

Tendo espaço garantido para discuti-lo e para lê-lo sem interferência de qualquer forma.

Nenhum adolescente trabalhe por qualquer que seja a sua necessidade, e o Estado seja obrigado a dá-lhe todo o auxílio que precise para a profissionalização.

Como atividade educativa, as escolas terem a semana do E.C.A. na agenda escolar, como forma de divulgação aos alunos

Extinção da FEBEM com implantação de novo modelo.

Propostas ESCOLA E INCLUSÃO: educação inclusiva em uma sociedade exclusiva

Comunicação e divulgação da questão legal (principalmente direitos) no que diz respeito à inclusão escolar.

Disponibilizar materiais para pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais (PNEE).

Combater os obstáculos arquitetônicos presentes na escola que impedem ou dificultam o acesso de PNEE.
Para as próximas Semanas do ECA garantir que o local possua acessibilidade para todos.
Estimular parcerias entre as escolas e instituições públicas e privadas com o objetivo de diminuir o preconceito e a discriminação existente entre esses ambientes distintos.
Propor para a Coordenadoria de Educação do Butantã a realização de um levantamento da população PNEE existente no bairro e excluída da escola.
Divulgar o CEFAL (Centro de Formação e Apoio a Inclusão) como o órgão da Coordenadoria de Educação responsável por coordenar o processo de inclusão no Butantã e na rede como um todo. E ampliar a Rede de Inclusão organizada pelo mesmo.
Redigir um documento para as coordenadorias para que se reconheçam os fóruns públicos de discussão como espaços de formação dos professores e, portanto, os mesmos sejam dispensados legalmente e no horário de trabalho.
Utilizar placas de divulgação de alguns artigos do ECA nas escolas e em outros órgãos públicos.
Reforçar a importância da formação universitária, principalmente do pedagogo, contemplar a questão da inclusão.
Construção de artigos e textos a serem divulgados nas escolas do Butantã que retratem experiências positivas de inclusão.
Organizar Conferências Regionais com o objetivo de refletir sobre as políticas públicas para a juventude.
Garantia da existência de grêmios e a sua autonomia.
Utilização de laboratórios de informática, ciências, e que isso seja estabelecido em currículo escolar.
Conciliação da teoria com a prática, garantindo experiências que saiam do ambiente escolar (por exemplo, visitas em museus).
Realizar palestras e cursos para professores para promover a discussão da inclusão.
Garantir que o ECA seja uma matéria obrigatória tanto nas escolas regulares quanto nas faculdades ligadas a educação.
Existir grupos de estudo sobre o ECA nas escolas para os educadores e para os educandos.
Existir cursos profissionalizantes e orientações vocacionais, além de uma supervisão e um acompanhamento dos alunos já inseridos no mercado de trabalho.
Fazer encontros nas comunidades organizados pelos Conselheiros tutelares (a cada semestre), onde estejam reunidas as famílias, os educadores e os educandos, com o objetivo de ser um espaço de trocas de experiência, de conhecimento da lei e de um fortalecimento dos trabalhos em rede.
Deve ser tratada a questão da diversidade e do preconceito nas escolas e nas comunidades.
Existir, a cada três meses, assembleias de representantes dos alunos com a direção da escola, com a finalidade de discutir os problemas da instituição e os encaminhamentos para serem solucionados.
Deve existir material adaptado e especializado para os adolescentes e crianças que estão no processo de inclusão, garantindo que o currículo seja o mesmo para toda a classe.
Devem ser obrigatórias reuniões escolares com professores, pais e alunos juntos.
Devem existir reuniões com atendimentos individuais para aqueles cuja a família e o aluno ou a direção solicitarem.
Reformar as bibliotecas das escolas que precisam, além de aumentar o seu acervo.
Que as coordenadorias municipal e estadual incluam a Semana do ECA no calendário escolar.

Propostas EDUCAÇÃO

professores mais educados
salada, feijão e sobremesa na merenda
sala de informática para crianças
mais livros nas bibliotecas nas escolas
mais limpeza e melhor manutenção nas escolas
mais respeito entre as crianças
cursos de cidadania
mais creches

Propostas moradia

mais casas populares
melhoria nas ruas das favelas
segurança
campanhas de educação no trânsito
policiais mais preparados para lidar com a população

Propostas diversão

Mais praças e jardins
Professores de natação
Mais oficinas de arte
Pista de skate
Museu

Oficina CONFLITOS FAMILIARES E TRABALHO INFANTIL - Propostas

Usar o espaço das escolas para ato de aproximação das escolas com os familiares no geral, pai mãe responsáveis e etc.
Envolver a família no ato de envolvimento, esclarecimentos, dinâmicas, oficinas temáticas etc.
Acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais com a família (não de forma punitiva muito menos condicionada a sim de forma sócio-educativas), abordando temas como: violência familiar, tempos de se estudar de se qualificar, ter o primeiro emprego e a hora de entrar de cabeça no mundo de trabalho etc.
Criação de políticas públicas abrangendo projetos de economia solidária, prioritariamente com famílias que tenham crianças que trabalham;
Programa de orientação e informação para as famílias adquirirem auto-estima e autonomia para exercerem sua cidadania;
Aumento de número de creches;
Criação de espaço alternativo com atividades educativas de esporte, cultura e lazer para que as crianças e adolescentes não fiquem na rua;
Maior rigidez na aplicação e controle das leis que proíbem trabalho infantil;
Garantir formação continuada aos educadores, possibilitando que a escola torne-se um espaço atrativo com atividades extra-curriculares;
Mais informação e divulgação do ECA nas comunidades e instituições em geral;
Grupos de apoio para lidar com adolescentes que estejam em situação de rua ou risco social;
Criar novos projetos de primeiros empregos;
Programa falando sobre a gravidez precoce;
Aula de educação sexual desde a 5ª série até o 3º ano do ensino médio;
Ampliar e criar projetos para tirar as crianças do trabalho infantil;
Ter diálogo, família participar da vida do filho, aprender a entender a cabeça dos filhos para nossa sociedade de hoje em dia. Para isso acontecer tem que ter uma boa convivência, um ambiente de compreensão;
Construção de mais escolas para ensino médio e fundamental;
Abrir cursos pré-vestibulares nos finais de semana nas escolas de ensino médio.

Propostas PROTAGONISMO JUVENIL: espaços de mobilização e formação de jovens questionadores e multiplicadores

Planejamento de uma reunião com o nosso grupo de trabalho para falar sobre o tema.
Promover encontros de crianças e jovens da região para discussão e trabalhar sobre o Protagonismo Juvenil.
Convidar os meninos(as) do grupo de Formação do Fórum para conversar com a Comunidade e Entidades sobre o tema, também preparando essas pessoas na construção de propostas a serem apresentadas nas Conferências Regionais.
Divulgação da Semana do ECA, das oficinas itinerantes do FOCA e do Grupo de Formação do FOCA – BT.
Que as crianças e adolescentes possam participar das reuniões da APM.
Que o professor trate o aluno como igual.
Terem informação sobre o que é e onde fica o Conselho Tutelar do seu bairro ou região.
Programas com linguagem jovem feito por e para os jovens sobre o ECA (Jornal, TV) sem estereotipação.
Que os professores tenham conhecimento do ECA.
Que haja uma divulgação maior do ECA na mídia.
Transporte público gratuito para estudantes de Ensino Fundamental e Médio.
Divulgar o telefone do Conselho Tutelar e a possibilidade de fazer denúncias anônimas.
Fazer edição do E.C.A. com linguagem acessível a crianças e adolescentes.
Criar debates dentro de diferentes instituições, que não atendam apenas crianças e adolescentes, sobre o ECA.
Que todas as pessoas tenham um exemplar do ECA em casa.
Espaço aberto nas classes para que aluno possa registrar o que critica para ser debatido posteriormente em assembleias.
Garantir constituição e manutenção de grêmios escolares.

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA

Oficina IGUALDADE E DIVERSIDADE: o papel das instituições na transformação da abordagem da sexualidade. Como a sociedade reproduz seus preconceitos?

Propostas

Capacitação/formação integral dos educadores das instituições no tema em questão.
(trabalhar as questões de sexualidade sob o tema "orientação sexual")
Garantir a execução pelos professores do conteúdo e o cumprimento das atribuições de educador.
Campanha e atividades culturais para conscientização da população em geral.
Criar cotas nas universidades voltadas para alunos das escolas públicas.
Que as instituições garantam espaços de formação/discussão para os pais e comunidade.

REGIÃO: CIDADE ADEMAR

EIXO 1 - O PAPEL DA SOCIEDADE E DO ESTADO NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE UMA POLÍTICA PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir os índices de vulnerabilidade infantil juvenil e social da região da Cidade Ademar e Pedreira. • Melhorar a Qualidade do Ensino das escolas da Região • Inexistência de áreas verdes, para lazer e esportes na região da Cidade Ademar e Pedreira, principalmente, nos bairros adjacentes a Americanópolis, Pedreira e os localizados na divisa de Diadema, como por exemplo Jardim Miriam e Cidade Júlia • Inexistência de serviços de saúde especializados para crianças e Adolescentes • Postos de Saúde sem o número suficiente de profissionais para atendimento de demanda da região da Cidade Ademar e Pedreira 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar projetos que visem a inclusão social e no mundo do trabalho para adolescentes e jovem, em parceria com a Secretária do Trabalho, intermediando na contratação direta dos adolescentes e jovens que fazem curso nos Núcleo Sócio Educativos. • Diminuir o número de alunos nas salas de aula passando de 30 para 20 nas classes de EMEI e de 40 para 25 nas classes de Ensino Fundamental; • Aumentar o número de escolas no bairro, principalmente no bairro de Cidade Júlia onde está localizada a favela do Pantanal; • Ampliar o número de vagas em Creches, Núcleo Sócio Educativos e Suplência I e II; • Ampliar o número de convênios com entidades para a criação de novos núcleos sócio educativos I, II, III, IV; • Ampliar o número de creches da região, tanto direta como indireta; • Fortalecer os grêmios estudantis permitindo que eles tenham poder de decisão nas reuniões dos Conselhos de Escola e de Associações de Pais e Mestres; • Implantação do Projeto do Parque Itatinga e do Parque Ecológico Sete Campos conforme o previsto no Plano Estratégico da Região; • Transformar o atual Sacolão Municipal do Jardim Miriam em Centro Cultural, com espaços para previstos para todas as artes (cinema, teatro, dança, literatura); • Ampliação de Telecentros. • Transformar o espaço do antigo Clube da Caixa Econômica, na Avenida Yervant Kissajekian, em um Centro de Referência da Criança e do Adolescente com atendimento especializado em saúde, saúde mental e para deficiências múltiplas, atendimento médico e pedagógico; atendimento jurídico (Delegacia da Criança e do Adolescente); • Contratação de profissionais da saúde de todas as áreas para fortalecimento da equipes dos postos de saúde da região • Ampliação do Projeto do PSF em toda a região da Cidade Ademar e Pedreira (uma equipe para cada 1000 habitantes);

EIXO 2 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Educação – participação de estudantes e educadores nos Fóruns de interesses comuns para a comunidade local e escolar; • Fortalecer os Fóruns Regionais • Garantia de participação da população nos planejamentos estratégica anual da sub prefeitura da região • Recurso Orçamentário da Região o terceiro menos do município • Necessidade de leitura crítica dos meios de comunicação pelos adolescentes, jovens e comunidade em geral da região da Cidade Ademar e Pedreira colaborando na formação de indivíduos críticos e politizados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer e garantir a participação dos grêmios estudantis em todos os Fóruns da Região; • Incentivar a participação de educadores no Fóruns da Criança e do Adolescente e do Desenvolvimento Social, valendo como dia letivo; • Estimular a participação de toda a comunidade nos Fóruns Regionais através de esclarecimentos sobre a sua importância no diversos meios de comunicação ; • Verbas previstas no C.M.D.C.A. para que os Fóruns possam produzir materiais para a divulgação dos Fóruns junto a população (cartazes, faixas, etc); • Que as propostas levantadas nos Fóruns Regionais sejam encaminhadas as sub prefeituras e incluídas no plano executivo das mesmas; • Retorno das assembleias do orçamento participativo da região de Cidade Ademar e Pedreira, com prestação das contas da sub prefeitura a população e aprovação das propostas levantadas nos fóruns Regionais por toda a comunidade; • Garantir dentro do orçamento municipal um orçamento regional que atenda as necessidades da região que possui um dos maiores índices de vulnerabilidade social (Orçamento para a região de acordo com os índices de vulnerabilidade e não de acordo com os índices de partição orçamentária da região no município) • Implantação do Projeto e Educomunicação em todas as escolas da rede pública municipal, estadual e privada de acordo com a Lei 13.941/2004; • Capacitar, gratuitamente, educadores para o trabalho contínuo em escolas da rede pública e privada (profissionais graduados na área da comunicação rádio e TV)

EIXO 3 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA REGIONAL	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Assistência para crianças e adolescentes com deficiências auditivas, visuais, mentais e físicas • Altos índices de gravidez na adolescência e de portadores com HIV e DST's 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do Pólo de atendimento a crianças e adolescentes com deficiências múltiplas (atendimento de saúde e psico-pedagógico); • Ampliação de salas especiais nas escolas da região com educadores especializados (psico-pedagógicos) • Implantar na Região Projetos de prevenção de DST's e HIV e da gravidez na adolescência; • Implantar o Projeto Agente Jovem de Saúde na região da Cidade Ademar e Pedreira; • Obrigatoriamente de implantação no currículo escolar e dos núcleos sócio- educativos de Educação Sexual, com educadores especializados ou com implantação do projeto plantão jovem.

REGIÃO: PENHA

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho infantil • Injustiça social • Educação vandalismo, racismo, baixo nível de ensino, falta de segurança, resolução de problemas sem a participação dos alunos, alimentação, higiene local • Saúde para as gestantes • Ciclo vicioso da pobreza • Cumprimento do papel da sociedade e do poder publico 	<ul style="list-style-type: none"> • Punição as empresas, responsabilizar pais e sociedade, oferecer cursos profissionalizantes para o desenvolvimento artístico • Exercício da cidadania • Qualificação dos profissionais da educação, ampliação de verba para projetos educacionais, ampliação de cursos gratuitos, atividades esportivas, ampliação de segurança principalmente no período noturno, preservação do ambiente escolar • Universalidade no atendimento escolar medico • Ampliação de oportunidade e ação de inclusão social priorizando a educação e inserção no sistema escolar profissional • Cumprimento integral da legislação de garantia de direitos, conhecimento da região em sus necessidades e infraestrutura existente, acesso a informações sobre as políticas publicas da região, fortalecimento dos fóruns regionais e conselhos de direitos

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Influir no esquema de corrupção no poder público • Transparência na elaboração do orçamento participativo • Redução da atenção segmentada das ações públicas (crianças e adolescentes) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reivindicar, debates monitoramento das administrações na prefeitura e no legislativo • Criação do orçamento da criança e do adolescente, orçamento participativo (metodologia), fiscalização da aplicação de recursos, através dos conselhos e estes pela sociedade organizada • Proteção integral a criança e adolescente

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Racismo reproduzido dentro do lar, nas escolas e na sociedade em geral • Dificuldade das famílias em abordar a temática de orientação sexual • Influencia na mídia com relação a sexualidade precoce • Preconceito a deficientes 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de valores raciais no âmbito familiar, alteração das relações raciais nas escolas, mobilização social contra a violência e o racismo • Capacitação familiar através de políticas publicas, reafirmar o papel da família na orientação sexual dentro do lar, envolvimento das famílias na educação • Mobilização dos conselhos na mediação sobre temática • Alteração da terminologia, capacitação de profissionais para a inclusão da criança e do adolescente com deficiência

REGIÃO: PERUS

EIXO 1 – PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Numa região muito pobre, que teve crescimento desordenado, o que se pode fazer para assegurar o exercício dos direitos básicos de criança e adolescente 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver espaços para lazer e esporte, com áreas verdes (contato com a natureza) • Criar espaços para desenvolvimento das pessoas em termos de educação, cultura, apoio as cooperativas e para atendimento as crianças e adolescentes

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as necessidades reais da própria comunidade para orientar melhor a aplicação dos recursos públicos • Melhorar a qualidade dos serviços públicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um canal permanente para a discussão do orçamento diretamente com a subprefeitura/subprefeito • Orientar e fiscalizar a própria população para não destruir aquilo que é de todos

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA, ETNIA, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E PROCEDÊNCIA	
DESAFIOS	PROPOSTAS
<ul style="list-style-type: none"> • Acabar com preconceito que prejudicam candidatos a emprego, deficientes ou mendigos • Eliminar causas da prostituição 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar eventos que integram a comunidade em discussões que promovam uma cultura de menos preconceito. • Ampliar programas e inclusão de jovens e geração de renda • Melhorar acessibilidade na região

IV CONFERÊNCIA LÚDICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO

31 de Agosto de 2005

PROGRAMAÇÃO

- 8h00 - Recepção: Credenciamento e Lanche – (entrega de crachás, pastas, etc)
- 9h00 - Apresentações Culturais
- 9h30 - Abertura Solene
- 10h00 – Apresentação da Minuta do Regimento Interno;
- 10h30 – Orientação da Comissão Central sobre os trabalhos do dia;
- 10h40 – Divisão dos Participantes em grupos de trabalho por eixos temáticos;
- 12h00 – Lanche
- 12h30 – Apresentações Culturais
- 13h00 – Continuação nos grupos de trabalho temático;
- 15h30 – Lanche
- 15h45 – Apresentação dos trabalhos de grupo à Plenária
- 17h15 – Encerramento e entrega de certificados

REGIMENTO INTERNO PARA A IV CONFERENCIA LUDICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CAPITULO I – DA REALIZAÇÃO E DA COORDENAÇÃO DA IV CONFERENCIA LUDICA MUNICIPAL

Artigo 1º. A IV Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo realizar-se-á no dia 31 de Agosto de 2005, das 8:00 às 17:30 horas, no Palácio das Convenções do Anhembi, Avenida Olavo Fontoura, 1.209, São Paulo-SP.

Artigo 2º. O tema da IV Conferência Lúdica Municipal é “Participação, Controle Social e Garantia de Direitos – por uma Política para a Criança e o Adolescente”.

Artigo 3º. São organizadores da IV Conferencia Municipal, a Comissão Central de Organização, que deverá garantir:

a. O desenvolvimento dos trabalhos dos Grupos / b. A infra-estrutura para os trabalhos.

CAPITULO II – DOS PARTICIPANTES

Artigo 4º. São participantes da IV Conferencia Lúdica Municipal:

- a. Delegados(as) que participaram e foram eleitos(as) nas Conferencias Regionais Ludicas, conforme Resolução CMDCA nº 74, de 2005, com direito a voz e a voto / b. Acompanhantes em qualidade de Convidados, com direito a voz;
- c. Autoridades convidadas para o evento, com direito a voz;

CAPITULO III – DO CREDENCIAMENTO

Artigo 5º. O Credenciamento dos Delegados(as) deverá ser realizado até as 11:00 horas.

Parágrafo Único. Os Observadores(as) e os(as) Convidados(as) poderão se credenciar durante todo o período de realização da IV Conferencia Lúdica Municipal.

CAPÍTULO IV – DOS OBJETIVOS

Artigo 6º. É Objetivo Geral:

Ampliar a participação e o controle social na efetivação da política para a criança e o adolescente no Município de São Paulo.

Artigo 7º. São Objetivos Específicos:

- a. Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e o adolescente / b. Identificar estratégias mais eficientes e qualificadas de intervenção da sociedade, capazes de promover mudanças de maior impacto na situação da infância e da adolescência no Brasil / c. Promover e qualificar a efetiva participação de crianças e adolescentes na formulação e no controle das políticas públicas / d. Estimular a participação da sociedade no processo de elaboração e controle do orçamento voltado para o segmento infante-juvenil / e. Inserir, na agenda das políticas públicas, temas referentes à promoção da igualdade e da valorização da diversidade / f. Partindo de uma análise sobre as ações e programas implementados na cidade de São Paulo, avaliar e discutir políticas em cada região, formulando propostas e evidenciando prioridades / g. Propor instrumentos de participação, monitoramento e de avaliação social na execução de Políticas Públicas e programas complementares / h. Fornecer análise que possibilitem a construção de diagnósticos regionais e municipal para a definição de um Plano Municipal de Proteção Integral para Crianças e Adolescentes / i. Fornecer subsídios para o CMDCA participar da elaboração do PPA, da LDO e da LOA / j. Fortalecer o desenvolvimento político-pedagógico em que as crianças e os adolescentes sejam protagonistas para a efetivação dos seus direitos / k. Encaminhar as resoluções das Conferências Lúdica e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para serem assumidas pelo sistema de garantia de direitos, a saber: o governo executivo, governo local, poder legislativo, poder judiciário e sociedade civil / l. Eleger as delegadas e delegados da cidade de São Paulo para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente / m. Promover a articulação entre Fóruns Distritais, Regionais e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Subprefeituras e Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo.

CAPITULO V – DA PAUTA DA IV CONFERENCIA LUDICA MUNICIPAL

Artigo 8º. Pauta da IV Conferência Lúdica Municipal:

1º DIA - 01 de Setembro

- a. Credenciamento e lanche / b. Abertura Solene e Composição da Mesa / c. Aprovação do Regimento Interno / d. Orientação da Comissão Central / e. Reunião em grupos temáticos / f. lanche / g. Continuação dos trabalhos de grupo / h. Lanche / i. Apresentação dos trabalhos de grupo a Plenária / j. Encerramento

CAPITULO VI – DAS CONCLUSOES DA IV CONFERENCIA LUDICA MUNICIPAL

Artigo 9º. As propostas levantadas na IV Conferencia Lúdica Municipal serão objeto de discussão na VI Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPITULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 12º. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão encaminhados para a Comissão Central de Organização, que os encaminhará para deliberação da Plenária Geral da VI Conferencia Municipal.

VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO

01 de Setembro de 2005 PROGRAMAÇÃO

8h00 - Recepção: Credenciamento e Lanche

9h30 - Apresentações Culturais

10h00 - Abertura Solene

Prefeito, Presidente do CMDCA, Secretaria de Participação e Parcerias e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, - Promotor Público da Infância, Comissão Extraordinária Permanente da Câmara Municipal, ACTESP, CONANDA, CONDECA, Fórum Municipal DCA, Dois Adolescentes

11h00 - Apresentação da Minuta do Regimento Interno (Comissão Central);

12h00 - Lanche

13h00 - Apresentações Culturais

14h00 - Mesa Temática (exposições seguidas de debate)

1. Tema central da VI Conferência (14h00)

Participação, Controle Social e Garantia de Direitos - Por uma política para a Criança e o Adolescente - José Fernando da Silva - presidente do Conanda

2. Temas Específicos (14h45)

a. O papel da Sociedade e do Estado na formulação, execução e monitoramento de uma política para a criança e o adolescente - Dr. Cíilton Guimarães - Promotor de Justiça

b. A participação social na elaboração, acompanhamento e fiscalização do (15h30) orçamento público - Jorge Kayano - Projeto Orçamento Criança

c. A participação social na promoção da igualdade e valorização da diversidade:

(16,15) gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional **Gênero** - Raquel Souza - **Raça e Etnia** - Cidinha da Silva - **Orientação Sexual** - Rita Quadros - **Deficiência/Necessidades Especiais** - José Resende Filho

17h30 - Encerramento

02 de Setembro de 2005

9h00 - Cadastramento de Autoridades e Convidados - Apresentações Culturais

9h30 - Orientações da Comissão Central sobre os trabalhos de grupo

9h45 - Trabalhos em grupos por temas específicos

Tema 1 - O papel da Sociedade e do Estado nas formulação, execução e Monitoramento de uma política para a criança e o adolescente.

Tema 2 - A participação social na elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público.

Tema 3 - A participação social na promoção da igualdade e valorização da diversidade: gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual e procedência regional.

13h00 - Lanche e apresentações culturais

14h00 - Sistematização dos relatores por eixo e apresentações culturais

14h30 - Apresentação de trabalhos dos grupos e escolha de duas propostas prioritárias por problemática em cada eixo

16h10 - Orientações da Comissão Central para eleição dos delegados para a Conferência Estadual

16h20 - Mini Plenárias para escolha dos delegados

16h40 - Apresentação dos nomes dos candidatos a delegados para a Conferência Estadual para serem referendados na Plenária

17h00 - Encerramento

REGIMENTO INTERNO PARA A VI CONFERENCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CAPITULO I – DA REALIZAÇÃO E DA COORDENAÇÃO DA VI CONFERENCIA MUNICIPAL

Artigo 1º. A VI Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo realizar-se-á nos dias 01 e 02 de Setembro de 2005, das 8:00 às 17:30 horas, no Palácio das Convenções do Anhembi, Avenida Olavo Fontoura, 1.209, São Paulo-SP.

Artigo 2º. O tema da VI Conferencia Municipal é "Participação, Controle Social e Garantia de Direitos – por uma Política para a Criança e o Adolescente".

Artigo 3º. São organizadores da VI Conferencia Municipal, a Comissão Central de Organização do CMDCA, que deverá garantir:

a. O desenvolvimento dos trabalhos dos Grupos;

b. A infra-estrutura para os trabalhos.

CAPITULO II – DOS PARTICIPANTES

Artigo 4º. São participantes da VI Conferencia Municipal:

a. Delegados(as), adultos e adolescentes, que participaram e foram eleitos(as) nas Conferencias Regionais Convencionais, conforme Resolução CMDCA nº 74, de 2005, com direito a voz e a voto / **b.** Conselheiros Municipais de Direito que tenham participado a pelos menos uma Conferencia Regional / **c.** Conselheiros Tutelares que tenham participado na própria Conferencia Regional / **d.** Observadores (as) eleitos (as) nas Conferencias Regionais, com direito a voz / **e.** Autoridades convidadas para o evento, com direito a voz / **f.** Convidados(as) para o evento, com direito a voz.

CAPITULO III – DO CREDENCIAMENTO

Artigo 5º. O Credenciamento dos Delegados(as) deverá ser realizado até as 11:00 horas.

Parágrafo Único. Os Observadores(as) e os(as) Convidados(as) poderão se credenciar durante todo o período de realização da VI Conferencia Municipal.

CAPÍTULO IV – DOS OBJETIVOS

Artigo 6º. É Objetivo Geral: Ampliar a participação e o controle social na efetivação da política para a criança e o adolescente no Município de São Paulo.

Artigo 7º. São Objetivos Específicos:

a. Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e o adolescente / b. Identificar estratégias mais eficientes e qualificadas de intervenção da sociedade, capazes de promover mudanças de maior impacto na situação da infância e da adolescência no Brasil / c. Promover e qualificar a efetiva participação de crianças e adolescentes na formulação e no controle das políticas públicas / d. Estimular a participação da sociedade no processo de elaboração e controle do orçamento voltado para o segmento infanto-juvenil / e. Inserir, na agenda das políticas públicas, temas referentes à promoção da igualdade e da valorização da diversidade / f. Partindo de uma análise sobre as ações e programas implementados na cidade de São Paulo, avaliar e discutir políticas em cada região, formulando propostas e evidenciando prioridades / g. Propor instrumentos de participação, monitoramento e de avaliação social na execução de Políticas Públicas e programas complementares / h. Fornecer análise que possibilitem a construção de diagnósticos regionais e municipal para a definição de um Plano Municipal de Proteção Integral para Crianças e Adolescentes / i. Fornecer subsídios para o CMDCA participar da elaboração do PPA, da LDO e da LOA / j. Fortalecer o desenvolvimento político-pedagógico em que as crianças e os adolescentes sejam protagonistas para a efetivação dos seus direitos / k. Encaminhar as resoluções das Conferências Lúdica e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para serem assumidas pelo sistema de garantia de direitos, a saber: o governo executivo, governo local, poder legislativo, poder judiciário e sociedade civil / l. Eleger as delegadas e delegados da cidade de São Paulo para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente / m. Promover a articulação entre Fóruns Distritais, Regionais e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Subprefeituras e Conselhos Tutelares da cidade de São Paulo.

CAPÍTULO V – DA Pauta da VI Conferência Municipal

Artigo 8º. Pauta da VI Conferência Municipal:

1º DIA - 01 de Setembro / a. Credenciamento e lanche / b. Abertura Oficial e Composição das Mesas / c. Aprovação do Regimento Interno / d. Lanche / e. Composição da mesa temática e debate / f. Encerramento

2º DIA - 14 de julho

a. Credenciamento Autoridades e Convidados / b. Abertura / c. Orientação da Comissão central sobre os trabalhos de grupo / d. Grupos de trabalho por tema específico / e. Lanche / f. Sistematização dos relatores de grupo por eixo temático / g. Apresentação dos trabalhos dos grupos e escolha de duas propostas prioritárias por problemática em cada eixo temático / h. Orientações da Comissão Central para eleição dos delegados à Conferências Estadual / i. Mini plenárias e Referendo dos(as) delegados(as) / j. Encerramento

CAPÍTULO VI – DA ELEIÇÃO DOS(AS) DELEGADOS(AS)

PARA A VI CONFERENCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Artigo 9º. Os(as) Delegados(as) participantes da VI Conferência Municipal, elegerão os(as) Delegados(as) para participarem da VI Conferência Estadual, conforme Deliberação nº 04 do CONDECA - Quadro de Distribuição Quantitativa de Delegados por Regiões Administrativas.

Parágrafo 1º. O Município de São Paulo terá direito a 98 (noventa e oito) delegados(as), dos quais no mínimo 16 serão adolescentes.

Parágrafo 2º. A distribuição dos 82 (oitenta e dois) delegados Adultos, previstos pela Deliberação 04 do CONDECA para o Município de São Paulo, se dará da seguinte forma:

a. nº 10 (dez) serão Conselheiros do CMDCA (cinco do Poder Público e cinco da Sociedade Civil) / b. nº 06 (seis) do Fórum Municipal DCA / c. nº 08 (oito) da Comissão Permanente dos Conselheiro Tutelares de São Paulo / d. nº 17 (dezessete) do Poder Público / e. nº 41 serão escolhidos entre os delegados da Sociedade Civil que participaram das Conferências Convencionais Regionais, garantindo nº 01 (um) por cada Conferência Regional, e os nº 12 restantes divididos pelas Macro Regiões: Noroeste, Leste 1, Leste 2, Centro-Oeste, Sul 1 e Sul 2.

Parágrafo 3º. Terão que ser eleitos suplentes em número igual aos delegados.

Parágrafo 4º. De acordo com o Quadro Quantitativo do Condeca, os Observadores averse direito a participar da Conferência Estadual são 02 (dois) delegados e 02 (dois) suplentes, que serão por eles mesmos escolhidos na reunião de Mini-plenária, instalada para esta finalidade.

Artigo 5º. Serão instaladas Mini-plenária para consentir que os segmentos de delegados, previstos no parágrafo 2º deste capítulo, possam escolher os próprios delegados.

Artigo 6º. Cada Mini-Plenária deverá apresentar à Plenária os candidatos a delegados a participação da VI Conferência Estadual, e suplentes em igual numero, para serem referendados. Caberá a Comissão Central de Organização das Conferências publicar posteriormente os nomes no DOC do Município de São Paulo.

CAPÍTULO VII – DAS CONCLUSOES DA VI CONFERENCIA MUNICIPAL

Artigo 7º. O CMDCA SP encaminhará para o CONDECA, o Relatório Final com as conclusões da VI Conferência Municipal, a lista dos participantes e a ficha dos(as) Delegados(as) eleitos(as) até o dia 19 de setembro de 2005, conforme Deliberação do CONDECA nº 04, de 21 de Junho de 2005.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 12º. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão encaminhados para a Comissão Central de Organização, que os encaminhará para deliberação da Plenária Geral da VI Conferência Municipal.

